

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

MARTINÉLIA DE ALMEIDA GRASSELI

EDUCAÇÃO INFANTIL: RESPEITAR A DIVERSIDADE RELIGIOSA, SUPERAR
VIOLÊNCIAS, EDUCAR PARA A PAZ. UMA REFLEXÃO SOBRE ATIVIDADES
INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO
INFANTIL JOÃO PEDRO DE AGUIAR – VITÓRIA/ES

Faculdade Unida de Vitória

MARTINÉLIA DE ALMEIDA GRASSELLI

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 07/12/2017.

**EDUCAÇÃO INFANTIL: RESPEITAR A DIVERSIDADE RELIGIOSA, SUPERAR
VIOLÊNCIAS, EDUCAR PARA A PAZ: UMA REFLEXÃO SOBRE ATIVIDADES
INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO
INFANTIL JOÃO PEDRO DE AGUIAR – VITÓRIA/ES**

Trabalho final de Mestrado profissional
Para obtenção de grau de Mestre em Ciências das
Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Religião e Esfera Pública

Orientadora: Dra. Claudete Beise Ulrich

Vitória - ES
2017

Grasselli, Martinelia de Almeida

Educação infantil: respeitar a diversidade religiosa, superar violência, educar para a paz: uma reflexão sobre atividades interdisciplinares desenvolvidas no centro de educação infantil João Pedro de Aguiar – Vitória/ES / Martinelia de Almeida Grasselli. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

ix, 74 f. ; 31 cm.

Orientador: Claudete Beise Ulrich

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2017.

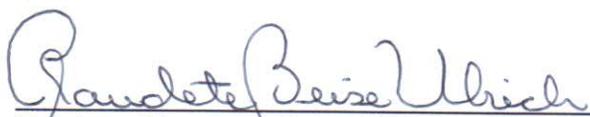
Referências bibliográficas: f. 71-74

1. Ciência da religião.
2. Religião e esfera pública.
3. Ensino religioso.
4. Diversidade religiosa.
5. Superação da violência.
6. Educação para paz.
7. Educação infantil.
8. Educação infantil. - Tese. I. Martinelia de Almeida Grasselli. II. Faculdade Unida de Vitória, 2017. III. Título.

MARTINELIA DE ALMEIDA GRASSELLI

EDUCAÇÃO INFANTIL: RESPEITAR A DIVERSIDADE RELIGIOSA, SUPERAR
VIOLÊNCIAS, EDUCAR PARA A PAZ – UMA REFLEXÃO SOBRE ATIVIDADES
INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDAS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO
INFANTIL JOÃO PEDRO AGUIAR – VITÓRIA/ES

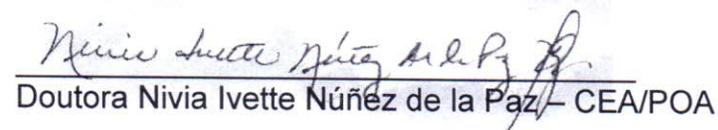
Dissertação para obtenção do grau
de Mestre em Ciências das
Religiões no Programa de Mestrado
Profissional em Ciências das
Religiões da Faculdade Unida de
Vitória.



Doutora Claudete Beise Ulrich – UNIDA (presidente)



Doutor Ronaldo de Paula Cavalcante – UNIDA



Doutora Nivia Ivette Núñez de la Paz – CEA/POA

AGRADECIMENTOS

“Viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz... Eu sei, que a vida devia ser bem melhor e será, mas isso não impede que eu repita: é bonita! É bonita! E é bonita”!

(Gonzaguinha)

Agradeço a Deus pelo viver, por ser uma eterna aprendiz, por ser tão feliz e encantada pela graça da vida. Tornar-me mãe me fez ainda mais encantada pela infância. Obrigada filhas amadas.

Apaixonei-me, no entanto, pela educação infantil aos 12 anos de idade, ao ver algumas crianças rabiscando o chão da calçada do antigo grupo escolar Francisco Campos Couto, na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro. Para esse dia, gratidões... percebi, alguns anos depois, que através da educação infantil poderia educar minhas filhas e também colaborar na educação de outras crianças de outros...

Agradecimentos:

Para Vasti e equipe da Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), pelos sonhos compartilhados...

Para a querida irmã Lúcia de Fátima, e como seus primos pastores me amaram como a filha de Nei... e filha de Deus. Ao padre José Ayrola Barcelos e sua irmã Vanda, que me acolheram nesse sonho da educação infantil, graça e caridade.

Quero agradecer, em especial, a todas/todos que colaboraram com a realização desta pesquisa: A minha orientadora Profa. Dra. Claudete Beise Ulrich, que se encantou e se contagiou pela pequena infância aqui descrita, depositando nela, assim como eu, esperança para um mundo melhor.

Agradeço a direção e a todo corpo docente e funcionárias/os da Faculdade Unida de Vitória. Gratidão a bibliotecária Marisete Bispo e a secretária do mestrado Luana Cordeiro Ribeiro.

Gratidão ao meu esposo, que esteve sempre ao meu lado: Valdivino Grasselli.

Às queridas Letícia Aurora e Luiza Emília, filhas parceiras de carinho e de amores.

À equipe do CMEI João Pedro de Aguiar, à comunidade de Jardim Camburi, aos pais/as mães e aos/as alunos/as, gratidões.

Aos conselheiros do Conselho da Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida (JPA): Francisco, Paula e filhos, agradecimento e afeto.

A minha querida irmã Marinélia e minha amada afilhada Eloana e seus filhos: João Pedro e Joaquim.

Aos meus pais Otelino e Valdinê que me geraram, paixão.

Para minhas futuras gerações, com carinho, sempre...





“Nas creches e pré-escolas as singularidades têm sido, em geral, desrespeitadas, o que caracteriza a negação da diferença. Acreditamos na possibilidade de transformação desse ‘lugar comum’ da educação infantil em um outro lugar, onde as crianças possam estar sendo reconhecidas como cidadãos de direito que irão participar da construção de um novo espaço/tempo, no qual não haja discriminação étnica, cultural, religiosa, de classe, dentre outras. Nesse sentido, o conceito de educação é ampliado. Procura-se integrar o cuidado e a educação da criança. O cuidado não mais restrito às necessidades biológicas, mas às questões afetivas”.

(Janine Mattar e Jair Ronchi Filho)

RESUMO

Esta dissertação busca refletir sobre a importância da educação infantil, no que diz respeito à diversidade religiosa e cultural, para a superação de violências, tendo como perspectiva a educação para a paz. Educação para a paz necessita ser aqui entendida como a reflexão e a realização de atividades que conduzem para o respeito à pluralidade existente. A educação infantil se realiza no fazer pedagógico do cuidar, do brincar e do educar. A criança é entendida como sujeito de direitos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, ela participa ativamente do processo pedagógico. É a partir das crianças que se constrói o fazer pedagógico na educação infantil. A história da educação no Brasil tem sido objeto de longas discussões e de muitas publicações, devido à realidade presente da violência nas escolas e na sociedade em geral. Essa realidade de violência também se faz presente na educação infantil. Ao se pensar em uma educação infantil mais eficiente, busca-se uma pedagógica que valorize o diálogo e o respeito à criança, apoiando-a em suas dificuldades e limitações, dando-lhe liberdade para que possa refletir e se expressar nas mais diferentes formas. Nesse sentido, reflete-se sobre o projeto pedagógico “Educar para a paz: rompendo os muros do CMEI para superar a cultura da violência” desenvolvido por todas as turmas de educação infantil do Centro de Educação Infantil João Pedro de Aguiar, com envolvimento das crianças, das famílias, dos professores e professoras e demais funcionários. O projeto interdisciplinar envolveu todas as atividades das crianças e culminou com a pintura do muro do Centro de Educação, apontando para o respeito à pluralidade, como condição para a construção da paz, sendo que a paz é colorida, como mostram as pinturas do muro do CMEI.

Palavras-chave: Diversidade religiosa. Superação da violência. Educação para a paz. Educação Infantil. Ciências das Religiões.

ABSTRACT

This dissertation seeks to reflect on the importance of children's education, with respect to respect for religious and cultural diversity, for overcoming violence, with a perspective on education for peace. Education for peace needs to be understood here as the reflection and the realization of activities that lead to respect for the existing plurality. The education of children takes place in the pedagogical making of caring and educating. The child is understood as subject of rights, according to the Statute of the Child and the Adolescent. Therefore, it actively participates in the pedagogical process. It is from the children that is constructed the pedagogical doing in the infantile education. The history of education in Brazil has been the object of long discussions and many publications, due to the present reality of violence in schools and society in general. This reality of violence is also present in early childhood education. When thinking about a more efficient kindergarten, we seek a pedagogical practice that values and respects the child, supporting it in its difficulties and limitations, giving it freedom so that it can reflect and express itself in the most different forms. In this sense, a consideration is made on the pedagogical project "To educate for peace: breaking the walls of the CMEI to overcome the culture of violence", developed by all the classes of child education from the Center of Infantile Education João Pedro de Aguiar, with involvement childrens, the families of the children, teachers and employees. The interdisciplinary project involved all children's activities, culminating with the painting of the wall of the Education Center, pointing to the respect for plurality as a condition for the construction of peace - and peace is colorful, as shown in the paintings of the wall of the CMEI.

Keywords: Religious diversity. Overcoming violence. Education for peace. Child education. Religion sciences.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, INTERRELAÇÕES ENTRE O EDUCAR, O CUIDAR E O BRINCAR NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA INFÂNCIA.....	14
1.1 História da educação infantil no Brasil	14
1.2 Educação infantil na cidade de Vitória - ES: princípios pedagógicos.....	24
1.3 A educação infantil: educar, cuidar e brincar – construindo a cidadania.....	30
2 CUIDAR E EDUCAR PARA A PAZ: O APRENDIZADO DO RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA PARA SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA	35
2.1 Violência: como núcleo conceitual da proposta curricular	36
2.2 Religião: como núcleo conceitual da proposta curricular	40
2.3 Entre o cuidar e o educar: aprender a respeitar a diversidade para superação da violência para a construção de uma cultura de paz	45
3 REFLEXÕES E ANÁLISE DO PROJETO DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR DESENVOLVIDO NO CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”	52
3.1 O CMEI João Pedro de Aguiar e o compromisso com a educação da criança como produto do contexto cultural na sociedade moderna.....	53
3.2 Crianças cidadãs: Ação pedagógica interdisciplinar entre o cuidar e o educar.....	57
3.3 Educar para a paz: Rompendo os muros do CMEI para superar a cultura da violência	60
CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIA	71
ANEXOS.....	75

INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil tem sido objeto de longas discussões e muitas publicações, devido à realidade presente da violência nas escolas e na sociedade em geral. Esse é um trabalho complexo que demanda projetos pedagógicos interdisciplinares, e vem se mostrando como grande desafio aos profissionais que trabalham na educação infantil. Assim, as raízes da violência precisam ser estudadas e encaradas como um todo.

Acredita-se que o melhor caminho para a prevenção contra a violência seja uma educação que enfatize o respeito à diferença, já na fase pré-escolar ou na educação infantil, sendo essa uma fase importante no desenvolvimento humano e na formação da personalidade. Ao se pensar em uma educação infantil mais eficiente, busca-se uma prática pedagógica que valorize e respeite a criança, apoiando-a em suas dificuldades e limitações, dando-lhe liberdade para que possa refletir. Isso significa mudar a palavra punição para educação. Nesse processo, é necessário que todos os professores, professoras e todos os profissionais estejam envolvidos.

A criança precisa aprender os valores, as regras sociais, como algo positivo para ela, que vão lhe servir de instrumento para uma convivência social saudável e, não simplesmente, como uma recompensa de seu bom ou mau comportamento. Faz-se necessário trazer à tona ideias que elucidem e encarem a violência como um problema sério e complexo. É na educação infantil que a criança aprende que ela é um ser de relação e está interligada com três dimensões: consigo mesma, com o outro e com o mundo, num fluxo corrente contínuo. A criança necessita aprender a lidar com os limites, com os não. Nesse sentido, ela necessita ser cuidada e educada, sendo esses os vieses fundamentais do trabalho pedagógico na educação infantil. No cuidar e no educar, os centros de educação infantil, através dos seus profissionais, necessitam trabalhar o tema da violência, que se mostra na agressividade como as crianças contam as histórias de sua vida cotidiana, como lidam com as outras crianças, como executam as tarefas propostas e como cuidam ou não dos brinquedos.

Trabalhar a realidade multifacetária da palavra violência permite o questionar e legitimar o sujeito (a criança) como produto de sua própria história. A pergunta problema desta dissertação de mestrado é: Como desenvolver ações pedagógicas na educação infantil que tratem do tema da violência, que se mostra também na intolerância religiosa, apontando para uma educação que tenha como objetivo a construção da paz, que se mostra na construção da autonomia do sujeito e no respeito ao outro, à natureza e a si mesmo?

A autora desta dissertação de mestrado é professora há mais de 30 anos, especificamente na educação Infantil. Nesse tempo, ela percebeu muitas mudanças no

comportamento das crianças, elas estão chegando cada vez mais agressivas e violentas à Educação Infantil. Dessa forma, surgiu a necessidade de pensarmos em projetos pedagógicos que trabalhassem a questão da violência, envolvendo toda a comunidade escolar, buscando construir uma cultura da paz. Os temas da violência e da religião se encontram entre os núcleos conceituais da Proposta Curricular da Educação Infantil do município de Vitória, mostrando a necessidade e a urgência de trabalhar essas temáticas junto com a alfabetização, sexualidade, avaliação, brincar, artes, educação física e o projeto político-pedagógico. Portanto, a própria proposta curricular da educação infantil já prevê a necessidade de trabalhar o tema da violência e da intolerância religiosa, mesmo que não se trabalhe o ensino religioso na educação infantil.

As pesquisas da pesquisadora e professora Circe Mara Marques e Manfredo Carlos Wachs serviram de inspiração para a realização deste trabalho.¹ Ela desenvolveu vários trabalhos sobre a educação para a paz na educação infantil. A partir do trabalho dessa autora, a hipótese da pergunta deste trabalho aponta para a necessidade de trabalhar as temáticas que envolvam religião e violência na educação infantil de forma coletiva com as crianças, com a família e com todos os profissionais que trabalham nos Centros de Educação Infantil. A presente pesquisa objetiva tratar o assunto com todos envolvidos e comprometidos na busca de um olhar sensível sobre a problemática da violência e da intolerância religiosa na educação das crianças.

Este trabalho de conclusão do mestrado profissional em Ciências das Religiões está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, busca-se fazer uma recuperação da história da educação infantil no Brasil. Então, aponta para a Educação Infantil e para os princípios pedagógicos estabelecidos pela secretaria de educação da cidade de Vitória, no ES. O capítulo encerra refletindo sobre como se dá o projeto pedagógico na educação infantil através dos três pontos fundamentais entrelaçados do educar, do cuidar e do brincar, tendo como objetivo a construção da cidadania na infância.

O segundo capítulo reflete sobre dois núcleos conceituais da proposta curricular da educação infantil no município de Vitória: a violência e a religião. Apresenta então a proposta da educação para a paz como possibilidade da construção de novas relações na vida das crianças. Enfatiza que o projeto pedagógico necessita ser coletivo e assumido por toda a equipe do Centro de Educação Infantil. Educar para a paz se tornou um grande desafio, pois tem no

¹ MARQUES, Circe Mara. WACHS, Manfredo Carlos. *Paz e educação infantil: escutando a voz das crianças*. São Paulo: Paulinas, 2015.

diálogo, enfatizado pelo educador Paulo Freire², o seu grande propulsor. O diálogo é fundamental para a resolução de conflitos em sala de aula. Trabalhar de forma artística com as crianças faz parte do processo pedagógico para tratar das questões que envolvam intolerâncias e violências. Outro elemento didático é a narração de histórias. A literatura infantil é um elemento fundamental no trabalho com as crianças pequenas. Portanto, a educação para a paz é um caminho para enfrentar a intolerância e a violência, tendo ela também a sua história.

O terceiro capítulo apresenta e analisa uma ação pedagógica, tendo como temática construindo a paz, desenvolvida com as crianças, suas famílias e profissionais do Centro de Educação Infantil (CMEI) João Pedro de Aguiar no ano de 2016, culminando com a pintura do muro do Centro. O projeto de caráter interdisciplinar “Educar para a paz: rompendo os muros do CMEI para superar a cultura da violência” foi enviado para a secretaria de educação do município de Vitória, o qual também foi aprovado pela mesma.

A justificativa para a realização deste projeto reside no fato de que o CMEI se localiza numa região com bastante violência na cidade de Vitória. Houve a necessidade de se trabalhar o respeito à diversidade cultural e religiosa, devido à própria diversidade das crianças e dos profissionais que atuam no centro de educação infantil. A questão problema que envolveu o projeto foi: como trabalhar de forma interdisciplinar as questões que envolvem a violência com crianças pequenas, tendo como o objetivo a construção da paz, isto é, de respeito à diversidade? Sem dúvida, foi necessário envolver todo o CMEI no projeto, crianças, profissionais e as famílias das crianças. Objetivou-se dialogar sobre o assunto com todos aqueles envolvidos e comprometidos, buscando desenvolver um olhar sensível sobre a problemática da violência e da intolerância religiosa na educação das crianças. A educação para a paz necessita ser entendida como possibilidade para a construção de novas relações na vida das crianças.

Para alcançar os objetivos propostos, foram necessárias o desenvolvimento de várias ações pedagógicas interdisciplinares com as crianças, envolvendo o cuidar e o educar. Aliás, a educação infantil acontece na interdisciplinaridade. Refletiu-se com as crianças em sala de aula, também se trabalhou de forma lúdica e artística para tratar das questões que envolvam intolerâncias e violências. Portanto, a utilização da literatura infantil foi fundamental no desenvolvimento do trabalho pedagógico, através da narração de histórias e também, depois, do diálogo que se seguia em relação à história contada. O projeto envolveu toda a comunidade escolar do CMEI, culminando com a pintura do muro. Ouvir as vozes das crianças e de suas famílias foi fundamental para o desenvolvimento do projeto pedagógico. A construção da paz

² FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

permanece como um grande desafio para a vida e para o projeto educativo, especialmente, para a educação infantil, no cuidar, no brincar, no educar e no ouvir as vozes das crianças, como sujeitos plenos de direitos e cidadãos na superação da cultura da violência.



1 EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, INTERRELAÇÕES ENTRE O EDUCAR, O CUIDAR E O BRINCAR NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA INFÂNCIA

O presente capítulo reflete sobre os aspectos históricos da educação infantil no Brasil e na cidade de Vitória - ES, tendo, primeiramente, uma perspectiva diferenciada na estruturação do atendimento às crianças pequenas. Para as crianças provindas da classe pobre era reservada a creche e para as crianças de classes mais elevadas os jardins de infância. Havia uma dicotomia entre o cuidar e o educar. Com a nova legislação, os Centros de Educação Infantil desenvolvem o ato pedagógico através do educar e do cuidar que estão interligados. O mesmo profissional exerce o educar e o cuidar. O desenvolvimento das crianças para o exercício da cidadania se encontra no brincar, com suas múltiplas linguagens e expressões. A educação infantil se desenvolve, atualmente, entre as dimensões do educar, do cuidar e do brincar, objetivando a construção da cidadania.

1.1 História da educação infantil no Brasil

A atenção às crianças pequenas é ainda um tema novo no Brasil. Para entender como se desenvolveu a história da educação infantil no Brasil é necessário olhar para o passado. Eric Hobsbawn ressalta que: “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, uma componente obrigatória das instituições, valores e outros elementos constitutivos da sociedade humana”.³ Rebuscando o passado, é possível entender como a educação infantil brasileira foi sendo construída. Até meados do século XIX, não existiam parques infantis, creches e jardins de infância. De acordo com Danielle Marafon:

O atendimento às crianças de 0 a 6 anos apareceu no Brasil no final do século XIX, pois antes deste período, o atendimento de crianças pequenas longe da mãe em instituições como creches praticamente não existia. Na zona rural, onde vivia a maior parte da população, as famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das crianças abandonadas, geralmente fruto da exploração sexual da mulher negra e índia, pelo senhor branco. Na área urbana, bebês abandonados, por vezes filhos de moças pertencentes a famílias de prestígio social, eram recolhidos na roda dos expostos.⁴

³ HOBSBAWM, Eric. O sentido do passado. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

⁴ MARAFON, Danielle. *Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância*. s/d. p. 4. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc>. Acesso em: 10 fev. 2017.

A maior parte da população vivia nas áreas rurais. Muitas crianças começavam a trabalhar muito cedo, sem acesso à educação. Nas cidades, os bebês abandonados eram recolhidos nas rodas de expostos⁵, sendo cuidadas então por amas de leite ou por instituições religiosas. As rodas de expostos existiram desde o início do século XVIII, estando ligadas às Santas Casas de Misericórdia.⁶

A educação infantil (0 a 5 anos), isto é, o serviço de atenção às crianças pequenas no Brasil tem seu modelo inspirado nos países europeus. É importante observar que a mesma se constituiu no Brasil, num processo diferenciado de atendimento às crianças, conforme a classe social. De acordo com Nunes, Corsino e Vital:

O primeiro período desta história é caracterizado pela importação dos modelos europeus de atenção à criança: as creches (ou com outros nomes), predominantemente para os filhos de mulheres que exerciam trabalho extradomiciliar (mães trabalhadoras), para crianças desamparadas, órfãs ou abandonadas, e os jardins de infância, predominantemente para crianças das classes abastadas. As creches tinham um caráter assistencial; os jardins de infância, educacional.⁷

Portanto, a classe social das crianças determinava o atendimento que elas recebiam. O destino das crianças pobres era a creche e recebiam um caráter assistencial, enquanto que as crianças que provinham de classes sociais mais elevadas iam para os jardins de infância, recebendo não somente assistência, mas já educação. Qual implicação desse modelo para a vida das crianças? De acordo com os autores mencionados:

Assim, as creches geralmente visavam a cuidado físico, saúde, alimentação, formação de hábitos de higiene, comportamentos sociais. Incluíam, por vezes, orientações à família sobre cuidados sanitários, higiênicos pessoais e ambientais, orientações sobre amamentação e desmame, preparação de alimentos e relacionamento afetivo. O jardim de infância, de inspiração froebeliana, tinha outro olhar para a criança: seu desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo, por meio das atividades lúdicas, do movimento e da autoexpressão. Uma referência importante a ser feita sobre esse início, pelas consequências que produzirá ao longo de um século, é a visão dicotomizada da infância: num lado da linha divisória, as crianças das famílias pobres, negras descendentes de escravos, indígenas, abandonadas, órfãs, com deficiência; do outro lado, as crianças das classes média e alta, dos brancos, dos proprietários. Estas

⁵ NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; DIDONET, Vital. *Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. Veja nota de rodapé n. 6, p. 20. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214418por.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017. “A ‘roda dos expostos’, casa da roda ou casa dos expostos, das Santas Casas de Misericórdia, acolhia crianças abandonadas, filhas de mães solteiras, de ‘mulheres de má conduta’ e crianças cujos pais não as queriam. Famílias que viviam em extrema pobreza e de escravos também recorriam a essas casas, com a esperança de que seus filhos fossem adotados por alguma família com posses e recebessem boa educação. Essas casas encaminhavam as crianças para adoção ou atendimento em instituições de caridade”.

⁶ TORRES, Luiz Henrique. A casa da roda dos expostos na cidade do Rio Grande. *Biblos*, Rio Grande, n. 20, p. 107-108, 2006. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/download/724/218>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

⁷ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 17.

eram o modelo e a referência para a avaliação do desenvolvimento das demais, embora as propostas de atendimento daquelas não visassem a promovê-las a ponto de alcançar o mesmo status socioeconômico; visavam antes a que fossem sadias, fisicamente bem desenvolvidas e pudessem contribuir para a formação de um povo forte e um país desenvolvido.⁸

Os modelos de educação infantil criaram uma visão dicotômica da criança brasileira. Os jardins de infância⁹, estavam baseados na teoria educacional¹⁰ do filho de pastor luterano Friedrich Froebel¹¹, enquanto que as creches apenas visavam uma política sanitária, higienista da criança pobre. As autoras Nunes, Corsino e o autor Didonet apontam para a construção, em

⁸ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 18.

⁹ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 18. “O jardim de infância, de inspiração froebeliana, tinha outro olhar para a criança: seu desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo, por meio das atividades lúdicas, do movimento e da autoexpressão”.

¹⁰ ARCE, Alessandra. Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. *Revista Brasileira de Educação*. n. 20, p. 108, Maio/Jun/Jul/Ago 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a09.pdf>>. Acesso em: 20 fe. 2017. “Froebel foi um dos primeiros educadores a se preocupar com a educação de crianças pequenas, e a importância de sua obra nos é demonstrada sempre que passamos diante de um jardim-de-infância, um kindergarten (em alemão, kind significa criança e garten significa jardim). Não é muito difícil adivinhar por que Froebel denominou assim as instituições voltadas para o trabalho educativo com crianças em idade pré-escolar: para ele, a infância, assim como uma planta, deveria ser objeto de cuidado atencioso: receber água, crescer em solo rico em nutrientes e ter a luz do sol na medida certa. O jardim é um lugar onde as plantas não crescem em estado totalmente silvestre, totalmente selvagem, é um lugar onde elas recebem os cuidados do jardineiro ou da jardineira. Mas o jardineiro sabe que, embora tenha por tarefa cuidar para que a planta receba todo o necessário para seu crescimento e desenvolvimento, em última instância é o processo natural da planta que deverá determinar quais cuidados a ela deverão ser dispensados. Certas plantas não crescem bem quando regadas em demasia, já outras precisam de muita água; algumas plantas precisam de muito sol, ao passo que outras crescem melhor à sombra. O bom jardineiro sabe ‘ouvir’ as necessidades de cada planta e respeitar seu processo natural de desenvolvimento. Para Froebel, assim também ocorre com as crianças e, portanto, os adultos encarregados da educação delas deveriam comportar-se tal como o jardineiro. Data de 1840, na cidade de Blankenburg, a fundação do primeiro dos muitos kindergartens. Froebel faleceu tendo seus jardins-de-infância proibidos em seu país, mas isso não impediu o estrondoso sucesso de suas idéias, que foram disseminadas pelo mundo por admiradoras de seu trabalho, como a baronesa VonMarenholtz-Bulöw (1811-1893), Margarethe Meyer Schurz (1833-1876), Elizabeth Peabody (1804-1894) e Susan Elizabeth Blow (1843-1916), entre outras”.

¹¹ ARCE, 2002, p. 107. “Friedrich Froebel, filho do pastor luterano Johann J. Froebel e de Jakobine E. Hoffman, nasceu aos 21 dias de abril em 1782, na vila de Oberweissbach, no principado de Schwarzburg-Rudolstadt, região sudeste da Alemanha, e viveu até o ano de 1852. Parte de sua vida transcorreu, portanto, durante o período histórico caracterizado por Eric Hobsbawm (1996) como ‘A Era das Revoluções’ (1789-1848), época da história europeia marcada por guerras e revoluções, tais como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, as Guerras Napoleônicas e, finalmente, encerrando o período, as Revoluções de 1848. A ‘Era das Revoluções’ foi também a ‘Era das Contra-Revoluções’: a burguesia precisava ser revolucionária ao lutar contra o feudalismo, mas precisava ser contrarrevolucionária, conservadora, ao lutar contra o proletariado e os camponeses. Esse período da história ocidental foi, portanto, marcado por profundas contradições, por uma complexa correlação de forças de luta, por uma grande heterogeneidade quanto aos avanços e aos retrocessos nos campos econômico, político e sociocultural. Nesse contexto se situa uma problemática importante para a análise que apresentaremos neste texto: trata-se do processo de separação alienante entre o público e o privado. Pode-se ter uma ideia da gênese desse processo pelas informações apresentadas por Perrot (1991) em seus estudos. A separação entre o público e o privado configurou-se de várias formas, sendo uma delas a nítida demarcação de papéis para o homem (vida pública) e para a mulher (vida privada). A valorização da família, agora nuclear, desempenhou importante papel neste processo: a burguesia encontrou nesta organização privada uma forma de vencer os títulos e a hierarquia dos nobres, elegendo a mulher como rainha do ambiente privado e doméstico. Assim, não por acaso veremos a mulher e a família desempenharem um papel decisivo em toda a obra de Froebel”.

meados do século XX, de dois jeitos de entender a infância: “criança e menor”.¹² Segundo os autores:

A ‘criança’ era a branca, bem nutrida, de sorriso cativante, filha de família de classe média e alta, cujo futuro poderia ser previsto como de bemestar, desenvolvimento e felicidade. O ‘menor’ era a criança negra, desnutrida, de família pobre ou desestruturada, altamente vulnerável à doença e candidata a engrossar a estatística da mortalidade infantil ou, se sobrevivesse, a marginalizar-se e tornar-se um risco social; ou seja, o filho do proprietário (colonizador, descendente de europeu, branco) tornou-se ‘criança’, enquanto o filho do despossuído (negro, descendente de escravo, pobre) tornou-se ‘menor’.¹³

Esses dois modelos de educação infantil foram bem acolhidos pela sociedade brasileira e perduram de certa forma até os dias de hoje. De acordo com Moysés Kuhlmann Jr:

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades.¹⁴

A perspectiva assistencialista de educação promovia uma pedagogia de submissão, que preparava as crianças pobres para aceitarem a sua situação social. É interessante observar que Kuhlmann coloca que o Estado não deveria gerir diretamente estas instituições e sim entidades filantrópicas ou religiosas. De acordo com Corsino, Dionet e Nunes:

Vale ressaltar que, na história da educação infantil, a opção do Estado brasileiro na construção de políticas públicas voltadas para a educação das crianças pequenas estimulou soluções opcionais, criadas pela comunidade, como creches domiciliares, creches comunitárias, filantrópicas e até mesmo privadas com fins lucrativos. Muitas destas instituições são fruto de movimentos comunitários, de mulheres em luta pelo direito a um lugar digno para deixar os filhos durante a jornada de trabalho. Várias surgiram nos anos de repressão política, no vácuo de uma ação governamental junto à população de baixa renda, e ofereciam a educação alternativa para as crianças, sem a tutela de um Estado autoritário.¹⁵

Portanto, muitas creches nasceram do movimento das mães trabalhadoras que buscaram um espaço digno para deixar seus filhos e filhas. De acordo com Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade: “A implantação da primeira creche no país ocorre no ano de 1889, no Rio

¹² NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 19.

¹³ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 19.

¹⁴ KUHLMANN Jr, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 14, p. 5, mai-ago, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27501402.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

¹⁵ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 51.

de Janeiro, junto à fábrica de Fiação e Tecidos Corcovado. No ano de 1918, foi criada a primeira creche no Estado de São Paulo, resultante das pressões dos movimentos operários, em uma vila operária da Companhia Nacional de Tecidos e Jutas”¹⁶. Portanto, a creche para a mulher-mãe operária foi uma luta dos movimentos sociais.

As primeiras instituições educacionais para a Educação Infantil são os jardins de infância, criados nos anos de 1875, 1894 e 1909, no Rio de Janeiro e em São Paulo, no ano de 1896.¹⁷ No entanto, como já foi visto, os jardins de infância visavam as crianças brancas de classe média e alta. Dessa forma, também iniciou a formação de professoras que atendessem os ideais dessas instituições.¹⁸ De acordo com Kuhlmann, muitas vezes, elas foram entendidas como mães modelo¹⁹ ou seguindo orientações froebelinas, segundo Arce, que entendia que adultos encarregados da educação das crianças deveriam comportar-se tal como o jardineiro, respeitando o processo natural do crescimento das crianças.²⁰

O “I Congresso de Proteção à Infância em 1922” buscou a abolição das rodas dos expostos, e sugeriu a construção de estabelecimentos para as crianças nos locais de trabalho das mães, para que elas pudessem amamentar os filhos. Isso foi consolidado nas Leis do Trabalho em 1943. “O Congresso propugnou pela criação de leis que reconhecessem os direitos das crianças à vida e à saúde e alertou para a necessidade da notificação obrigatória do nascimento”²¹. No entanto, as creches ficaram muito ligadas com a saúde

No final do século XIX e início do século XX, [...] criaram-se leis e propagaram-se instituições sociais nas áreas da saúde pública, do direito da família, das relações de trabalho, da educação. [...] são iniciativas que expressam uma concepção assistencial a que denominamos ‘assistência científica’ por se sustentar na fé, no progresso e na ciência característica daquela época.²²

Nesse período histórico, o atendimento às crianças buscava, especialmente, iniciativas governamentais na área de saúde e na higiene. “Em 1940, o governo federal criou o Departamento Nacional da Criança (DNCr), no âmbito do então Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp)”²³. As atividades desse departamento estavam “relacionadas à

¹⁶ ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 136. Disponível em: <http://faculdadeparque.com.br/ebooks/Educacao_infantil_discurso_legislacao_praticas_institucionais_ANDRADE.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

¹⁷ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 19.

¹⁸ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 19.

¹⁹ KUHLMANN, 2000, p. 10

²⁰ ARCE, 2002, p. 108.

²¹ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 19.

²² KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 60. *apud* ANDRADE, 2010, p. 137.

²³ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 21.

maternidade, à infância e à adolescência, em parte coincidente com a função do Departamento da Criança, de Moncorvo Filho, que funcionara até 1938”²⁴. Somente em 1953, a saúde começou a ser parte de um ministério próprio, separando-se da educação. O Departamento Nacional da Criança ficou no Ministério da Educação (MEC). “Em 1970, foi transformado em Coordenação de Proteção Materno-Infantil e hoje suas atribuições estão situadas na Coordenação de Saúde Mental”²⁵.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de coordenar os serviços sociais do governo, sendo formuladora e executora da política governamental de assistência destinada à família e ao atendimento da maternidade e da infância, foi criada em 1941.²⁶ Segundo Marafon: “Higienismo, filantropia e puericultura dominaram, na época, a perspectiva de educação das crianças pequenas. O atendimento fora da família aos filhos e filhas que ainda não frequentassem o ensino primário era vinculado à questão de saúde”²⁷. O Estado Novo afirmou políticas de tutela e proteção, havendo a regulamentação e criação de diversas instituições públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos. A criança é entendida e “apresentada como cidadã do futuro, devendo receber cuidados”²⁸. Já com o golpe militar de 1964, destacam-se ações e programas desarticuladores, marcados pelo clientelismo político e pela repressão.

O governo apresenta uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor, criando a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem) e as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (Febem), visando atender os menores ‘abandonados’, ‘infratores’, de ‘conduta antissocial’ e em ‘situação de risco’.²⁹

Em 1966, ocorre o I Seminário sobre Creches no Estado de São Paulo, promovido pela Secretaria do Bem-Estar Social, em que o conceito de creche defendido é: “um serviço que oferece um potencial capaz de garantir o desenvolvimento infantil, compensando as deficiências de um meio precário próprio das famílias de classe trabalhadora”³⁰. É interessante observar que, de acordo com Kuhlmann:

Em 1967, o Plano de Assistência ao Pré-Escolar, do Departamento Nacional da Criança (DNCr) do Ministério da Saúde, órgão que, entre outras atribuições, ocupava-se das creches, indica as igrejas de diferentes denominações para a implantação dos Centros de Recreação, propostos como programa de emergência para atender as crianças de 2 a 6 anos.³¹

²⁴ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 21.

²⁵ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 21

²⁶ ANDRADE, 2010, p. 140.

²⁷ MARAFON, s.d., p. 11.

²⁸ ANDRADE, 2010, p. 140.

²⁹ ANDRADE, 2010, p. 141.

³⁰ HADDAD, OLIVEIRA, 1990, p. 109 *apud* ANDRADE, 2010.

³¹ KUHLMANN, 2000, p. 7.

É criado um plano de emergência para atender às crianças. As igrejas de diferentes denominações foram chamadas para implantar Centros de Recreação, não se visando ainda à educação. Interessante verificar que também surge, nesse período, vários Clubes de Mães, organizados pela Igreja Católica, eclodindo nos movimentos de luta por creches, na final da década de 70.³² De acordo com Kuhlmann:

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que promoveu, em 1965, a Conferência Latino-Americana sobre a Infância e a Juventude no Desenvolvimento Nacional, já trazia a idéia de simplificar as exigências básicas para uma instituição educacional e implantar um modelo de baixo custo, apoiado na ideologia do desenvolvimento da comunidade, que certamente influenciou a elaboração do Plano do Departamento Nacional da Criança, de 1967.³³

Portanto, as igrejas foram usadas para oferecer um serviço educacional de baixo custo, tendo em vista somente a assistência e a ocupação da criança, tendo como objetivo apoiar uma ideologia de desenvolvimento da comunidade. A elaboração do plano seguiu prescrições do “UNICEF e parece ter sido feita apenas para cumprir exigências relacionadas a empréstimos internacionais”.³⁴ No entanto, pouco se avançou em termos de educação das crianças pequenas. Em 1968, realizou-se o I Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-escolar, com a reunião de várias instituições preconizou:

(a) a necessidade da perspectiva interdisciplinar para atendimento adequado à criança, (b) a ajuda das mães nos serviços psicopedagógicos da pré-escola, (c) a relação do estado nutricional e da saúde infantil com o desenvolvimento global da criança, (d) a necessidade de educadores em qualquer serviço à criança pré-escolar, (e) a necessidade de confluir e articular os estudos da psicologia, da pediatria, da linguística e da sociologia, para formar a visão mais completa e adequada da criança pequena e, finalmente, (f) a exigência de que o Ministério da Educação criasse um departamento para cuidar da educação pré-escolar.³⁵

Percebeu-se a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar na educação infantil, com a articulação de várias áreas do conhecimento para o atendimento das crianças. No entanto, não se teve muito avanço, nesse período histórico.

[...]até meados da década de 1970, as instituições de educação infantil viveram um lento processo de expansão, parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional. A legislação trabalhista, que desde 1932 previa

³² KUHLMANN, 2000, p. 7.

³³ KUHLMANN, 2000, p. 8.

³⁴ KUHLMANN, 2000, p. 7.

³⁵ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 23.

creches nos estabelecimentos em que trabalhassem 30 ou mais mulheres, foi como letra morta.³⁶

É interessante perceber que Andrade em sua dissertação de mestrado, chama a atenção que “pesquisas realizadas em São Paulo e em Belo Horizonte, nos anos 70, concluíram que a clientela básica dos movimentos de reivindicação por creches na periferia, constituía-se pelas empregadas domésticas”³⁷, isto é, mães pobres. A nível Federal, a Legião Brasileira de Assistência, LBA, criou em 1974, o Projeto Casulo.³⁸ “O Projeto Casulo concebia a creche como necessária à prevenção contra a futura delinquência das crianças pobres, abandonadas, ou enquanto suas mães estivessem trabalhando”.³⁹

No entanto, somente em 1974, a educação infantil, de acordo com Corsino, Didonet e Nunes:

A entrada do Ministério da Educação na educação infantil deu-se apenas em 1974, com a criação do Serviço de Educação Pré-escolar, na Secretaria de Ensino Fundamental, depois elevado para Coordenação de Educação Pré-escolar (Coepre) e, mais tarde, renomeada para Coordenação Geral de Educação Infantil (Coedi). Na nova organização administrativa do Ministério da Educação, a Coedi situa-se na Secretaria de Educação Básica. Na atuação da Coepre, dois fatos, entre 1976 e 1988, marcam a trajetória da construção dos conceitos de complementaridade do educar e cuidar: (a) as iniciativas de articulação dos órgãos do governo federal que tinham objetivos voltados para as crianças menores de 7 anos e (b) a coordenação da Comissão Nacional Criança e Constituinte.⁴⁰

A educação infantil passou por um longo processo até ser reconhecida como educação das crianças pequenas. A construção dos conceitos cuidar e educar como elementos fundamentais para a educação infantil são praticamente novos.

No entanto, foi na década de 80, que a educação infantil teve grandes avanços no Brasil. A Constituição Federal de 1988, em relação às políticas de atenção à infância, inaugurou um novo momento na história da legislação infantil ao reconhecer a criança como cidadã. O artigo. 6º da Constituição Federal estabelece: “São direitos sociais a educação, a saúde, a

³⁶ KUHLMANN, 2000, p. 5.

³⁷ ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Os centros de convivência infantil da UNESP: Contextos e Desafios*. UNESP: Franca, 2003. p. 30. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98553/andrade_lbp_me_fran.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2017.

³⁸ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 24. “O Projeto Casulo foi a ação mais expressiva da LBA, tanto pelo número de crianças atendidas, quanto por sua capilaridade no território nacional. Em quatro anos, alcançou o total de 1,8 milhão de crianças, mas seu modelo seguia o discurso da época: atendimento de crianças em situação de pobreza, ampla cobertura, baixo custo e participação da comunidade (famílias e outros voluntários). Embora sediado na área da assistência, o projeto tinha um programa educacional, critérios técnicos para firmar convênio com entidades sociais e documentos que orientavam o atendimento da criança”.

³⁹ ANDRADE, 2003, p. 30. Nota de rodapé da autora n. 4.

⁴⁰ NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 27.

alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.⁴¹ O inciso XXV aponta como direito: “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas”.⁴²

Enquanto que o artigo 208, no inciso I (de acordo com a redação dada pela ementa constitucional n. 59 de 2009) assegura: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.⁴³ O inciso IV do mesmo artigo afirma: “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”.⁴⁴ Já o inciso VII declara que o atendimento aos educando e às educandas terá “em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.⁴⁵

Portanto, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser um direito de toda a pessoa, desde o nascimento. A Educação Infantil passa a ser um direito da criança, independentemente de sua classe social. O artigo 30 se refere à competência dos municípios. No item VI, temos o seguinte em relação à educação infantil: “manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental”.⁴⁶ A Constituição Federal também estabelece os deveres da família, da sociedade do Estado, segundo o artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.⁴⁷

Ao contemplar os direitos das crianças pequenas à educação, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu, como dever do Estado, a garantia do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 5 anos. Dessa forma, as creches começaram a fazer parte das políticas públicas

⁴¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

⁴² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988, (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

⁴³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1988. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

⁴⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

⁴⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

⁴⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

⁴⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2017.

enquanto instituições educativas. De acordo com Andrade: “A Constituição de 1988 ao considerar a criança como cidadã, ou seja, sujeito social de direitos, estabelece a responsabilidade do Estado em atender aos direitos sociais da infância, dentre eles o direito à educação”.⁴⁸

Outro documento importante na defesa dos direitos das crianças foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse estatuto foi aprovado no dia 13 de julho de 1990 pelo Congresso Nacional, promulgado sobre a Lei n. 8.069/1990, ordenamento legal que reitera a criança como sujeito de direitos. O Art. 1º proclama: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”.⁴⁹ “Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único: ‘excepcionalmente, nos casos expressos em lei, aplica-se este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade’”.⁵⁰ O que o ECA trouxe de novo? A partir da promulgação do mesmo, as crianças e os adolescentes passam a serem vistos como pessoas cidadãs, com direitos pessoais e sociais garantidos. Devido ao ECA, os governos em seus diferentes níveis são desafiados a implementar políticas públicas dirigidas para as crianças e os adolescentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996, no artigo 29, defende a educação infantil como primeira etapa da educação básica, “tem como finalidade desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.⁵¹ O artigo 30 da LDB afirma que: “A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”.⁵² Em 2013, aconteceu uma mudança em relação à pré-escola, pois antes a pré-escola era para crianças de 4 a 6 anos. Portanto, os documentos apresentam as crianças pequenas como cidadãs e portadoras de direitos.

De acordo com Andrade: “Embora tenhamos um quadro legal em defesa dos direitos da infância, grande parte dos mesmos não foi efetivada, o que requer a intensificação das lutas pelos direitos das crianças em nossa sociedade”.⁵³ A seguir, busca-se perceber como o

⁴⁸ ANDRADE, 2003, p. 31.

⁴⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. *Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação Congênere*. 11. ed. Vitória, 2011. p. 40.

⁵⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 2011. p. 40. Artigo 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁵¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

⁵² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996, (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

⁵³ ANDRADE, 2010, p. 23.

município de Vitória - ES estabelece a educação infantil, pois o terceiro capítulo relata e analisa atividades relacionadas à educação para a paz no Centro Municipal de Educação Joao Pedro de Aguiar.

1.2 Educação infantil na cidade de Vitória - ES: princípios pedagógicos

O documento norteador da educação infantil na cidade de Vitória - ES tem o seguinte título: “A educação infantil no município de Vitória: Um outro olhar”.⁵⁴ É importante salientar que o atendimento às crianças de zero a seis anos estava subordinado à Secretaria de Assistência Social. Somente no ano de 1992, foi transferida para a Secretaria de Educação, a partir desse momento aconteceu a elaboração da proposta curricular. Portanto, a partir de 1992 começa a mudar a concepção do processo político-educativo junto às crianças pequenas. Até esse momento, a educação infantil não era entendida dentro de uma proposta pedagógica, mas muito mais se visava somente ao atendimento das crianças. Importante lembrar que foi através da Constituição Brasileira de 1988 que a educação infantil passou a ser reconhecida pela primeira vez na história do Brasil como dever do estado, quando reivindicada pela família. O que foi um avanço para essa área da educação, pois pela primeira vez a criança (de zero a seis anos) foi incluída como portadora de direito à educação. Portanto, é importante destacar que quatro anos após a proclamação da constituição brasileira é que aconteceu a mudança no município de Vitória - ES.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação do município de Vitória/ES ao invés de reformular a proposta curricular existente, optou pela elaboração de um Documento que caracterizasse melhor a identidade política e pedagógica que se desejava imprimir ao trabalho da Educação Infantil no município de Vitória. Buscou-se uma elaboração coletiva deste documento norteador.

Para assegurar um processo de participação democrática, privilegiou-se uma metodologia que promovesse a participação de todas as categorias como coautoras (professores, diretores, pedagogos, estagiários, crianças, pais, auxiliares administrativos, agentes de segurança, merendeiras e auxiliares de serviços gerais) e configurasse, de fato, a construção de um projeto coletivo a partir de todos, com todos e para todos.⁵⁵

⁵⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Educação Infantil no município de Vitória: Um outro olhar*. Vitória: Secretaria de Educação. Gerência de Educação. 2006.

⁵⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 14.

A elaboração da Proposta Curricular buscou “[...] caracterizar melhor a identidade política e pedagógica que se desejava imprimir ao trabalho da educação infantil no município”.⁵⁶ O documento buscou elaborar “as bases teóricas, políticas e metodológicas sem negar as experiências e reflexões historicamente acumuladas”.⁵⁷ A elaboração do documento norteador para a educação é fruto de um trabalho coletivo. “No ano de 2001, a Secretaria Municipal de Educação recebeu o prêmio UNICEF de melhor capital do Brasil para crianças até seis anos e, em 2003 foi considerada, segundo dados do Censo Educacional/IBGE, capital líder nacional em Educação Infantil”.⁵⁸

A metodologia adotada para a valorização de todos os profissionais “constituiu-se em três momentos, embora distintos, mas em estreita articulação: Reuniões com a Equipe Sistematizadora, Fóruns representantes das diferentes categorias e Fóruns Municipal”.⁵⁹ O Fórum Municipal teve como objetivo “a efetiva participação dos 1.200 profissionais do magistério que atuavam nos Centros de Educação Infantil [...], considerando três eixos de discussão: 1 – quanto ao sentido do Documento. 2 – Quanto à formatação do Documento. 3 – Quanto aos temas a serem contemplados no Documento”.⁶⁰ É interessante perceber a busca coletiva e cooperativa para a elaboração do Documento. Quanto ao sentido do Documento está assim formulado:

Que manifestasse o desejo e a discussão coletiva dos diferentes profissionais que atuavam nos CMEI’s; Que representasse o acúmulo das experiências práticas e teóricas vividas nos CMEI’s; Que apontasse para a efetivação de políticas públicas articuladas para a infância e para as diferentes categorias de profissionais; Que garantisse as bases filosóficas e políticas para a construção do projeto político-pedagógico em cada CMEI.⁶¹

Já a formatação do Documento necessitava iniciar com a trajetória coletiva:

Que se iniciasse com a história da trajetória de participação de todos os profissionais que atuavam na Educação Infantil; Que fossem evidenciados os limites e desafios do próprio Documento; Que explicitasse a opção por um Documento e não pela reformulação da Proposta Curricular existente; Que fosse destinado a todos os sujeitos da Educação Infantil.⁶²

⁵⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 14.

⁵⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 14.

⁵⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 15.

⁵⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 15.

⁶⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 16.

⁶¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 17.

⁶² PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 17.

Também se discutiu quais temas deveriam ser abordados na educação infantil. Foram considerados os seguintes: “Violência, Religião, Alfabetização, Sexualidade, Artes e Educação Física, Avaliação, Projeto político-pedagógico e Brincar”.⁶³

Além do Fórum Municipal, foram também realizados fóruns regionais, onde se constatou que “era necessário romper com o olhar homogeneizador e superficial para desvelar a riqueza das diferentes linguagens, anunciar as histórias ainda desconhecidas, valorizar as diferentes culturas que cercavam e acercavam o cotidiano dos Centros de Educação Infantil”.⁶⁴ Um aspecto importante foi perceber que os CMEIs estão localizados em espaços geográficos diferentes e que as crianças possuem identidade cultural que necessita ser considerada e valorizada. “Revelar a identidade cultural de cada CMEI significava trazer à tona o conhecido por poucos e o desconhecido por muitos. Demarcar o chão cultural onde os saberes seriam transmitidos para que todos pudessem perceber o seu sentido e o seu significado para a vida”.⁶⁵ Portanto, a percepção do cotidiano da vida das crianças e suas histórias demonstram que a pluralidade cultural foi de extrema importância para elaboração do documento que norteia o trabalho com as crianças na cidade de Vitória.

O Documento norteador, publicado em 2006, aborda uma concepção de educação infantil e de criança construída pelas vias do reconhecimento do outro como sujeito de direitos: direito a uma educação pública de qualidade para todos, direito ao acesso a diferentes saberes e culturas, direito às condições dignas de trabalho e a salários justos, direito à palavra, à alegria de ensinar e aprender.⁶⁶ As propostas de ação são as seguintes:

A Educação Infantil não é uma preparação para o Ensino Fundamental, mas está em permanente articulação com este.

A afirmação do trabalho com crianças de zero a seis anos como práxis pedagógica, onde o cuidar e o educar se revelam de maneira independente e permanente.

O envolvimento dos trabalhadores da Educação Infantil numa dinâmica de participação e discussão democrática tendo em vista a construção de um projeto coletivo.

O reconhecimento do brincar e aprender em todos os tempos e espaços da Educação Infantil.

A afirmação da criança como ser social, histórico e produtor de cultura.⁶⁷

O currículo da Educação Infantil se constrói entre o educar, o cuidar e o brincar. Também, o brincar e o educar estão interligados e mostram a importância do seu reconhecimento em todos os espaços dos Centros de Educação Infantil. As crianças são

⁶³ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 17.

⁶⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 19.

⁶⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 19.

⁶⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 14-37.

⁶⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 37.

diferentes e o desenvolvimento das mesmas também se manifesta de forma diversa. Não há uma infância, mas vários tipos de infâncias.

Não existe um único tipo de criança, mas crianças conforme a classe social a qual ela pertence e isto requer uma compreensão de criança e de infância não só em função de seu pertencimento a uma classe social, mas também em função de sua cultura, de sua história tangenciada pela etnia, pela idade, pelo gênero, etc.⁶⁸

Reconhecer a diversidade das crianças nos Centros de Educação é de fundamental importância para o desenvolvimento das mesmas. A criança como portadora de direitos requer antes de tudo uma (re)significação da concepção de infância. Essa constatação necessita também de uma transformação na formação de professoras, professores e profissionais que atuam na educação infantil. Portanto, o trabalho pedagógico do professor necessita fortalecer a experiência das crianças e a sua autonomia enquanto ser humano em desenvolvimento, sujeito histórico construtor de linguagens, culturas em todos os tempos e espaços da educação infantil. Segundo Sonia Kramer:

Conceber a criança como o ser social que ela é, significa: considerar que ela tem uma história, que pertence a uma classe social determinada, que estabelece relações definidas segundo seu contexto de origem, que apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais estabelecidas, que ocupa um espaço que não é só geográfico, mas que também é de valor, ou seja, ela é valorizada de acordo com os padrões de seu contexto familiar e de acordo também com sua própria inserção nesse contexto.⁶⁹

Portanto, a criança necessita ser considerada como um ser social que tem no brincar e nas suas diferentes formas, como os saberes e as linguagens se manifestam, a chave para fazer a experiência do mundo, bem como a chave para sua socialização. Os jogos, as brincadeiras, a dança, as práticas esportivas revelam a cultura corporal de cada grupo social, constituindo-se em atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significado. De acordo com o documento norteador da educação infantil da cidade de Vitória:

O brincar deve ser expressão permanente das experiências vividas pelas crianças, seja dentro ou fora da sala de aula. A forma como se representa uma história, como se apropria das diferentes práticas de leitura e de escrita, as interações tecidas nos é descoberta, características próprias da atividade lúdica, do brincar.⁷⁰

⁶⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 32.

⁶⁹ KRAMER, Sônia. *O papel social da pré-escola*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986. (Cadernos de Pesquisa, 58). p. 79.

⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 52.

As orientações curriculares para a Educação Infantil em Vitória - ES se apoiam na abordagem denominada construtivista-interacionista, que tem sua base teórica em Jean Piaget e Vygostky. “Enquanto o sujeito para Piaget é um sujeito cognitivo, Vygostky o define como sujeito cultural, social e histórico. Nesse sentido, ressalta que o pensamento e linguagem não são processos dicotômicos, mas uma unidade dinâmica”.⁷¹

Portanto, os 49 Centros de Educação Infantil em Vitória⁷² têm em sua intencionalidade a construção do conhecimento a partir da interação da criança com o seu mundo, respeitando o universo cultural da mesma, buscando explorar as possibilidades educativas. Busca-se considerar as crianças como sujeitos de direitos, atores sociais, com necessidades de cuidado e educação. Nesse sentido, a formação do profissional da educação infantil necessita ser permanente, estar situado e interligado ao ambiente sócio-histórico-cultural onde o Centro Municipal de Educação Infantil está situado. O documento, em estudo, portanto é um guia que estabelece princípios que garantam uma coerência no trabalho que é desenvolvido com as crianças pequenas. O documento faz referência ao dicionário Aurélio Ferreira de Holanda Ferreira para definir o que se entende por princípio: “elemento predominante na constituição de um corpo orgânico”.⁷³ Os princípios pedagógicos também são entendidos como:

a referência necessária à construção orgânica de um projeto pedagógico, cujos desdobramentos exige coerência teórica e prática. Nesse sentido os princípios não se reduzem a uma orientação espontaneísta de como os desafios e os dilemas que surgem no cotidiano da Educação Infantil devem ser enfrentados, mas eles têm a função de garantir uma consciência coletiva e individual sobre o modo de agir e pensar, tendo em vista uma perspectiva política e pedagógica comum de educação.⁷⁴

Busca-se, portanto, com as orientações curriculares fortalecer o sentido de rede nos Centros de Educação Infantil em Vitória. “No âmbito da Educação Infantil, a histórica dicotomia entre o cuidar e o educar promoveu a discriminação e a fragmentação entre as diferentes práticas sociais existentes, com se determinadas tarefas exercidas fossem mais importantes do que outras”.⁷⁵ Objetiva-se acima de tudo, nos Centros de Educação Infantil, na cidade de Vitória, um trabalho pedagógico coletivo e integrado entre o educar e o cuidar, para que as crianças possam desenvolver as suas capacidades motoras, afetivas e cidadãs.

⁷¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 66.

⁷² PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Educação Infantil*. Disponível em: <www.vitoria.es.gov.br/cidadao/educacaoinfantil>. Acesso em: 20 jun. 2017.

⁷³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda apud PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 41.

⁷⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 41.

⁷⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 42.

A partir do trabalho coletivo e com base nos princípios pedagógicos, os núcleos conceituais eleitos para serem trabalhados, nos centros de educação infantil, nasceram da preocupação do trabalho cotidiano de todas as pessoas envolvidas com o trabalho com as crianças. Importante destacar que:

Não obstante o modo como o diálogo com o cotidiano foi facultando novas reflexões teóricas, os núcleos conceituais ora destacados apareceram como centrais nas preocupações e dilemas das diferentes categorias de profissionais da Educação Infantil. Sua análise e reflexão suscitaram o repensar da práxis pedagógica articulada aos princípios pedagógicos enunciados.⁷⁶

Percebe-se o forte interesse de repensar, de forma coletiva, a práxis pedagógica educativa nos centros municipais de educação infantil. Essas práticas devem ser trabalhadas em toda rede, estão amparadas nos princípios pedagógicos, de uma educação infantil inclusiva, pública, gratuita e de qualidade.

Os princípios pedagógicos surgem, desse modo, de uma demanda legítima de toda a categoria de profissionais presentes nos CMEIs. Representam, portanto, a firme determinação de forjar uma consciência coletiva de enfrentar os desafios, superar os problemas de ordem teórica e metodológica, tornando vital a experiência da construção de uma ética comum em torno dos diferentes saberes e fazeres. Os princípios pedagógicos evocam, assim, a necessidade de se garantir a afirmação da Educação Infantil inclusiva, da Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade para todos.⁷⁷

Os princípios pedagógicos são: trabalho coletivo, formação continuada, ressignificação do tempo e do espaço, educação infantil inclusiva, cuidar e educar, articulação CMEI, profissionais, família e comunidade. Um ponto fundamental é a formação dos professores e profissionais que atuam na Educação Infantil, essa necessita ser “tangenciada pelo incentivo à profissão, pelas melhores condições de trabalho, bem como por maiores condições de formação e motivação pessoal e coletiva”.⁷⁸

No próximo capítulo, aponta-se para os núcleos conceituais da prática pedagógica na educação infantil em Vitória, a partir dos princípios pedagógicos colocados como fundamentais por toda categoria de profissionais dos CMEIs de serem trabalhados pedagogicamente com as crianças. Dois conceitos serão aprofundados, neste trabalho, a violência, a religião e a questão pedagógica da necessidade de educar para a paz, respeitando a diversidade, como princípio ético. A pergunta que move esta pesquisa é: Como educar para paz na educação infantil, tendo

⁷⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 64.

⁷⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 42.

⁷⁸ RONCHI FILHO, Jair; CASTRO, Janine Mattar Pereira de. *Educação Infantil: identidade em construção*. MOVIMENTO Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Campo Grande: UFMS, 2002, p. 48.

como princípio ético a superação da violência, afirmando a importância da diversidade cultural e religiosa no exercício da cidadania?

1.3 A educação infantil: educar, cuidar e brincar – construindo a cidadania

Como foi possível perceber, a educação infantil alcançou um patamar de reconhecimento e merecida importância. Portanto, antes de pensar um currículo para a educação infantil é necessário problematizar o olhar que temos sobre as crianças. Elizabeth M, Graue e Daniel J. Walsch “apontam que as crianças já foram a tabula rasa de John Locke, o bom selvagem de Jean-Jacques Rousseau, a flor de Friedrich Froebel, o jovem cientista de Piaget”.⁷⁹ As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil colocam a seguinte definição de criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.⁸⁰

A concepção de infância como cidadã, ser social, portadora de direitos e a dimensão do valor de investimento no aprendizado, nos primeiros anos de vida, ganharam um espaço nas políticas educacionais e públicas. O fazer pedagógico se faz no processo de educar e cuidar, onde o brincar das crianças é fundamental. De acordo com o Referencial Curricular para a educação infantil do Ministério da Educação e do Desporto:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.⁸¹

⁷⁹ GRAUE; WALSCH apud MARQUES, Circe Mara; WACHS, Manfredo Carlos. *Paz e Educação. Infantil: Escutando a voz das crianças*. São Paulo: Paulinas, 2015. p. 26.

⁸⁰ BRASIL, 2010, p. 12.

⁸¹ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC; SEF, 1998. p. 23. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.

As crianças necessitam ser compreendidas em suas singularidades e múltiplas formas de ser. Nos diferentes centros de educação infantil, encontram-se crianças com diferentes histórias de vida, culturas, famílias, sendo a escola, portanto, um espaço de vivência da diversidade. Junto com o educar outro, elemento fundamental para a educação infantil é o cuidar. Segundo o Referencial Curricular para a educação infantil do Ministério da Educação e do Desporto:

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.⁸²

Todo ser humano necessita de cuidado. Nesse sentido, as crianças pequenas são carentes do cuidado das pessoas adultas. Leonardo Boff, no livro “Saber cuidar”, reflete sobre o sentido profundo do cuidado. Ele afirma: “O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato, é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”.⁸³ Ainda, segundo Claudete Beise Ulrich: “O cuidado, portanto, pode ser descrito como uma atitude, uma virtude, um princípio ético ou maneira de ser e estar no mundo. Ser capaz de cuidar faz parte da sobrevivência humana”.⁸⁴

Portanto, é na infância, o momento sublime e propício, para se iniciar a construção de valores éticos como a justiça, liberdade, amor, respeito, cuidado de si, cuidado do outro, cuidado da natureza, respeito às diferenças. Aprender, nessa idade, é extremamente profundo e intenso. A cooperação e a parceria promovem o diálogo que fortalece sentimentos e relações. Os professores e professoras da educação infantil necessitam estar abertos para a pluralidade

⁸² BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC; SEF, 1998. p. 24. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2017.

⁸³ BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 33.

⁸⁴ ULRICH, Claudete Beise. *Práxis ética do cuidado e gênero: questões para o currículo*. 2004, p. 4. Disponível em: <https://www.academia.edu/23108356/PR%C3%81XIS_%C3%89TICA_DO_CUIDADO_E_G%C3%84NERO_QUEST%C3%95ES_PARA_O_CURR%C3%84CULO>. Acesso em: 20 jun. 2017.

cultural e religiosa, por indispensável no processo de educar e de cuidar das crianças de 0 a 6 anos.

Acolher as diferentes culturas não pode se limitar às comemorações festivas, às eventuais apresentações de danças típicas ou à experimentação de pratos regionais. Essas iniciativas são interessantes e desejáveis, mas não são suficientes para lidar com a diversidade de valores e crenças. Compreender o que acontece com as famílias, entender seus valores ligados a procedimentos disciplinares, a hábitos de higiene, às formas de se relacionar com as pessoas, pode auxiliar na construção conjunta de ações. De maneira geral, as instituições de educação devem servir de apoio real e efetivo às crianças e suas famílias, respondendo às suas demandas e necessidades. Evitar julgamentos moralistas, pessoais ou vinculados a preconceitos é condição para o estabelecimento de uma base para o diálogo.⁸⁵ Nesse sentido, Paulo Freire aponta para a importância do diálogo nas relações humanas, especialmente as que se estabelecem nas escolas e nos centros de educação infantil:

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco torna-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.⁸⁶

O diálogo é fundamental no processo pedagógico de cuidar e de educar as crianças pequenas. Os professores e professoras, mediadores do conhecimento, organizam os diferentes tempos na educação infantil, onde o brincar e as brincadeiras são momentos importantes na construção da cidadania. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil:

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o 'não-brincar'. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada. Isso significa que uma criança que, por exemplo, bate ritmicamente com os pés no chão e imagina-se cavalgando um cavalo, está orientando sua ação pelo significado da situação e por uma atitude mental e não somente pela percepção imediata dos objetos e situações. No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem,

⁸⁵ BRASIL, 1998, p. 77-78.

⁸⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 79.

sabendo que estão brincando. O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.⁸⁷

Entender as crianças em suas diferentes linguagens, em suas fantasias, é fundamental para o desenvolvimento das crianças cidadãs. No brincar elas aprendem a dividir, a cooperar, a se ajudar mutuamente. A infância é também a época de aprender a respeitar a diversidade. As crianças, além de ter tempo para brincar, necessitam também aprender a guardar os brinquedos. Dessa forma, elas vão desenvolvendo o senso do dever. Elas têm o direito de brincar e o dever de guardar os brinquedos.

As crianças necessitam aprender, isso tem a ver com o educar para a responsabilidade pessoal e ética, por exemplo, a guardar a mochila, os brinquedos, a pedir desculpas, a cumprimentar quando chega na sala de aula e quando vai para casa, a dizer muito obrigado, a pedir licença, esperar chegar a sua vez, respeitar o colega, o professor e os profissionais que atuam no CMEI. Elas vão desenvolvendo dessa forma valores éticos e morais. Também necessitam aprender a elaborar e direcionar, em sua prática, um contexto real de inconformismo e de independência, isto é, elas necessitam ser estimuladas a perguntar e a se tornar pessoas críticas, solidárias e autônomas.

Na educação infantil também se fortalece as relações de companheirismo e as relações socioafetivas, colaborando para o desenvolvimento na construção de relações interpessoais, valorizando a construção das mudanças, da reciprocidade e da multiplicidade para o acontecer a vivência da diversidade. No cuidar, educar e no brincar, desenvolve-se a construção da moralidade das crianças:

A criança aprende moralidade e desenvolve-a observando. A presença de autoridade é importante para o desenvolvimento da mesma. Educação Infantil é o momento de ensinar as crianças conceitos simples de educação que ajudem a desenvolver princípios morais como, por exemplo: Pedir desculpas = estimulando senso de justiça; dar bom dia = estimulando a generosidade, dizer obrigado estimulando a dignidade.⁸⁸

Nesse sentido, a Educação Infantil também exerce o papel fundamental, de junto com a família, educar para a cidadania. Segundo Fred Carlos Trevisan e Geovani Moretto:

⁸⁷ BRASIL, 1998, p. 27.

⁸⁸ LARA, Lucinéia M. D. et. al. Educação para a paz: a paz que queremos. *Apud* PAULIKI, Jeroslau; VARGAS, Carlos Luciano Sant'Ana. *Educação para a paz como caminho da infância: projetos de sucesso* 2014. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Instituto Mundo Melhor; Núcleo de Educação para a paz; UEPG, 2015. p. 52.

Educar para a cidadania é um esforço para transformar o educando em um agente de mudança, alguém que não se conforma e resiste a toda forma de opressão, lutando com as melhores e mais poderosas armas: o conhecimento e as leis. Ninguém luta em prol daquilo que não conhece, ninguém conhece aquilo que lhe é estranho. [...] ouvimos e lemos com frequência que vivemos em uma sociedade culturalmente pluralista e complexa, por isso a escola deve preparar para a vida e formar indivíduos capazes de integrar a sociedade conscientes de seus direitos e deveres. Por essa razão, a educação deve promover a cidadania. Essa função da escola já faz parte do inconsciente social, pois quando ocorrem os conflitos envolvendo jovens que cometem atos de violência, a sociedade volta seus olhos para a escola dizendo que ela deveria oferecer uma melhor formação. Vale dizer que essa não é uma função exclusiva da escola, mas de todos – principalmente dos pais e das mães, que não devem omitir-se diante de sua responsabilidade transferindo-a para escola ou para governantes. Teremos cidadãos conscientes de seus direitos e seus deveres na construção de uma sociedade democrática, ou seja, atuantes em prol da cidadania, quando todos assumirem sua responsabilidade.⁸⁹

É na educação infantil que vai se aprendendo o senso de responsabilidade. Aprende-se a aceitar regras. A criança, na educação infantil, começa a expressar suas opiniões, inicia o sentimento de comunidade, faz questionamentos. Já, aos cinco anos, ela sai do foco individual para o esforço coletivo. Reconhece-se como parte integrante de um determinado grupo cultural, interage com ele, em todo o seu contexto, valores, ideias e representações. Ela brinca e aprende a cuidar do seu próprio corpo, também, a ver seu coleguinha ou o seu próximo como a si mesma, executando ações simples relacionadas às atitudes, de por exemplo, aprender a guardar os brinquedos. Todas essas ações fazem parte do crescimento e do desenvolvimento do sujeito infantil. Durante os momentos das brincadeiras, no espaço de aprendizagem, faz-se necessário a mediação da professora ou professor. Então, é necessário se utilizar do diálogo para que possa interagir de forma mais compreensível possível com as crianças.

O brincar, na fase pré-escolar e na idade da educação infantil, é uma das atividades mais importantes para as crianças. As trocas no brincar favorecem o desenvolvimento da autonomia e a tomada de decisões mais conscientes. É fundamental garantir que as instituições de educação infantil integrem a função de educar e cuidar com o brincar, priorizando, a sistematização da intenção educativa que vai desde a organização do ambiente físico ao social, até as ações que deverão adequar ao atendimento e à especificidade de cada faixa etária. O próximo capítulo irá refletir sobre o cuidar e educar para a paz, aprendendo a respeitar a diversidade, superando a cultura da violência.

⁸⁹ TREVISAN Fred Carlos; MORETTO, Geovani. *Ética, Cidadania e Direitos das Crianças e dos Adolescentes*. Curitiba: Fael, 2010. p. 77-87.

2 CUIDAR E EDUCAR PARA A PAZ: O APRENDIZADO DO RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA, PARA A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA

No revisitar a práxis pedagógica o documento “Educação Infantil: um outro olhar” da cidade de Vitória, como se viu anteriormente, apresenta os seguintes núcleos conceituais: alfabetização, violência, sexualidade, religião, avaliação, brincar, artes, educação física e o projeto político-pedagógico.⁹⁰ Esses núcleos conceituais nasceram das discussões e diálogos dos cotidianos das diferentes unidades dos Centros de Educação Infantil. O documento afirma: “Estes princípios, pensados como elementos portadores de uma práxis educativa democrática, crítica e emancipatória e como elementos propulsores de uma dinâmica pedagógica e cultural cidadã, concorrerem como práxis de liberdade e humanização”.⁹¹ Esses temas foram considerados prioritários “no processo de interlocução e de socialização do conhecimento”.⁹² É importante salientar que o documento aponta para o fortalecimento da dimensão ética e estética do conhecimento.

Mais do que afirmar o sentido do conhecimento, (re) significando-o à luz de novas proposições teóricas, fortaleceu-se a dimensão ética (que possibilita um novo agir frente às demandas pedagógicas) e estética do conhecimento (que possibilita a ampliação e manifestação da expressão, da sensibilidade, da curiosidade, da apreciação e dos sentimentos), bem como o seu caráter dialógico com a realidade social. Deste modo fortaleceu-se uma perspectiva pedagógica no contexto da Educação Infantil contrária a modelos e metodologias que distanciam os diferentes saberes e fazeres de uma perspectiva ética e estética do conhecimento.⁹³

Neste capítulo se reflete, especialmente, sobre os dois conceitos violência e religião, percebendo a educação infantil como um espaço fundamental para aprender a respeitar a diversidade cultural e religiosa. É necessário que o ato pedagógico busque trabalhar a educação para a paz, mediando as diferenças e os conflitos em sala de aula, a partir do diálogo e de projetos interdisciplinares com as crianças, através da ética e da estética, nos Centros de Educação Infantil.

⁹⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 63-95.

⁹¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 64.

⁹² PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 65.

⁹³ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 64.

2.1 Violência: como núcleo conceitual da proposta curricular

A legislação brasileira de proteção da criança é uma das mais exemplares do mundo. No entanto, a realidade da criança brasileira ainda é, em sua maioria, de abandono, de violência e de negação da infância. A violência que atinge as crianças precisa, portanto, ser estudada e encarada como um problema que envolve a sociedade como um todo.

Toda sociedade é responsável pelos diferentes tipos de violência que acontecem em seu meio. A criança também está exposta a muitas crueldades. A violência doméstica é uma das formas mais comuns da violência contra as crianças. Leila Schwingel aponta alguns tipos de violência contra as crianças:

Violência física: Toda ação que causa dor física em uma criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal representam um só contínuo de violência.

Violência sexual: Configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre pessoa ou outra. Ressalta-se que em ocorrências desse tipo a criança é sempre VÍTIMA e não poderá ser transformada em RÉ. A intenção do processo de violência sexual é sempre o prazer (direto ou indireto) do adulto, sendo que o mecanismo que possibilita a participação da criança é a coerção exercida pelo adulto, coerção esta que tem suas raízes no padrão autocêntrico de relações adulto-criança vigente em nossa sociedade. A violência sexual doméstica é uma forma de erosão da infância.

Violência psicológica: Também designada como ‘tortura psicológica’, ocorre quando a pessoa adulta constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, podendo representar formas de sofrimento psicológico.

Negligência: Representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando o pai e/ou a mãe (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc. e quando tal falha não é o resultado de condições de vida além do seu controle. A negligência pode se apresentar como moderada ou severa. Nas residências em que os pais e as mães negligenciam severamente os filhos e as filhas observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados; não há rotinas na habitação e para as crianças, não há roupas limpas; o ambiente físico é muito sujo, com lixo espalhado por todos os lados. Muitas vezes, as crianças são deixadas a sós por diversos dias, chegando a falecer em consequência de acidentes domésticos ou de inanição.⁹⁴

Portanto, os educadores e os profissionais que atuam na educação infantil necessita estar atento entre o cuidar e educar, verificando como as crianças chegam na escola. Além da criança estar expostas a muitos tipos diferentes de violência, ela também sofre violências já na mais tenra idade. As crianças trazem junto essas experiências quando chegam à escola. Além do mais a proposta curricular da educação infantil do município de Vitória aponta para o fato

⁹⁴ SCHWINGEL, Leila. Infância e Violência. In: MENEZES, Marilu Nörnberg. Nem tão doce lar: uma vida sem violência. São Leopoldo; Porto Alegre; Genebra: Sinodal/FLD/IECLB/LWF, 2012. p. 30-32.

de que não somente as crianças trazem marcas da violência para escola, mas também os adultos que trabalham com elas são portadores de atitudes violentas. De acordo com a proposta curricular:

Não só as crianças trazem para a escola marcas da violência vivida no cotidiano. Também os adultos que trabalham com elas são portadores de atitudes violentas quando dissimulam comportamentos e atitudes como se não fossem violentas, quando segregam e excluem determinadas crianças em função da sua condição social ou física, da cor da sua pele, do tipo de cabelo, das suas dificuldades de aprendizagem, do lugar onde residem, do modo como brincam, da forma como se expressam, etc... Sem falar daquelas outras atitudes preconceituosas e desrespeitosas com os colegas que instituem rótulos e apelidos, que negam o direito de expressar ideias e emoções, que eliminam qualquer possibilidade de realizar um trabalho coletivo acolhedor, construtor de solidariedades e promotor de uma cultura de paz.⁹⁵

É necessário se dar conta que a violência também ocorre de forma velada, não somente as crianças que são violentas, mas também os profissionais que atuam nos centros de educação infantil, através de atitudes preconceituosas, racistas. A violência também está dentro de cada pessoa, também nos profissionais que trabalham com as crianças pequenas. Somente em 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou de forma mais contundente em relação à violência, definindo-a como o “uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações”.⁹⁶

O tema da violência infantil vivia na clandestinidade. É preciso perceber que a criança traz e leva consequências ao meio em que ela vive. A contribuição de ações efetivas no cuidar e no educar a criança se refletirá, efetivamente, no futuro. O ouvir e o diálogo são de extrema importância, para encaminhar uma relação de confiança e de ajuda. Em muitos casos de violência como o espancamento, o estupro, a ameaça de morte, as mutilações físicas e psicológicas, acontecem dentro da própria casa. Portanto, diante de inúmeras situações de violência visíveis ou escondidas, “torna-se desafiador o papel da Educação Infantil como espaço construtor de sociabilidades, portador de uma cultura de paz e promotor de um trabalho coletivo compartilhado”.⁹⁷ A cooperação e o trabalho coletivo compartilhado são fundamentais para enfrentar a questão da violência nos centros de educação infantil. Assim, é importante que os professores, professoras e todos os profissionais tenha a clareza de que:

⁹⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 71.

⁹⁶ SACRAMENTO, Livia de Tartari; REZENDE, Manuel Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia* n. 24, dez. 2006. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009>. Acesso em 20 jun. 2017.

⁹⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 71.

Assim como a violência é uma construção social e cultural, a paz e a solidariedade também o são, ou seja, elas se originam das ações humanas, da forma como os indivíduos fazem experiência no mundo. [...] O CMEI, neste caso, assume uma função importante na propagação da paz e da superação de atitudes geradoras de violência promovendo práticas mobilizadoras de diálogo com a família e a sociedade, utilizando-se dos valores éticos e morais como um caminho privilegiado de superar as diferentes relações de poder (incluindo-se aqui aquelas decorrentes das diferentes esferas de governo), de indiferença e de preconceito ainda existentes no contexto escolar.⁹⁸

Portanto, é importante que as diferentes formas como a violência se manifesta seja enfrentada de forma coletiva com diálogo e com propostas de mudanças. O CMEI não pode ficar isento de se manifestar quando percebe que crianças estão sofrendo violências, se necessário for terá que acionar o Conselho Tutelar, guarda civil, juizado da infância, entre outros. No entanto, necessita

reconhecer que a superação dos conflitos requer, antes de tudo, a firme adesão ao poder criativo e permanente do diálogo, da ajuda recíproca, do uso de forças positivas que fazem recuperar a solidariedade, o respeito, a cidadania, o direito à diferença como a condição, por excelência, de enfrentar a violência.⁹⁹

Marques e Wachs, lembrando Paulo Freire, afirmam que “a humanização da sociedade é um compromisso educacional possível de ser sonhado e construído a partir da superação da ‘educação bancária’ e da valorização, implantação e consolidação da educação libertadora”.¹⁰⁰ Os autores citados afirmam: “Esse sonho é um ato político necessário e faz parte da natureza humana”.¹⁰¹ Importante apontar, de acordo com Marques e Wachs, o respeito necessário por parte da professora/do professor da educação infantil com a expressão dos sentimentos das crianças. É necessário repensar a práxis pedagógica e tudo que ela envolve.

[...] que uma práxis comprometida com a paz requer que se repense a organização do tempo/espço feita exclusivamente pelo adulto, e que se dê oportunidade para as crianças coparticiparem dessas decisões; que se dê voz às crianças, possibilitando-lhes expressarem espontaneamente suas ideias, seus desejos e sentimentos; que se respeitem seus desejos de aprender, sem impor-lhes o silêncio e/ou programas escolares pré-fabricados; que se desamarrem seus corpos, libertando-os da imobilidade para que possam explorar o mundo através dele; que trabalhem os seus sentimentos nas situações de conflito sem força-las a pedirem desculpas, quando ainda estão sentindo raiva, e que se acredite em sua capacidade de buscar soluções para os seus conflitos.¹⁰²

⁹⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 72.

⁹⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 72.

¹⁰⁰ MARQUES; WACHS, 2015, p. 29.

¹⁰¹ MARQUES; WACHS, 2015, p. 29.

¹⁰² MARQUES; WACHS, 2015, p. 50-51.

Aprender a respeitar o tempo das crianças e sua forma em expressar os sentimentos é também um grande aprendizado para todos/as profissionais da educação infantil. Uma educação dialógica é enfatizada por Paulo Freire, pois “ensinar exige disponibilidade ao diálogo”.¹⁰³ As crianças são sujeitos de direitos em processo de construção da sua cidadania e, assim, necessitam ser respeitadas. As crianças, como apontam Marques e Wachs,

são sujeitos históricos construtores de seu próprio saber, mas é necessário que se considere seus jeitos próprios de entender o mundo. Embora ainda não tenham o domínio da leitura da palavra, as crianças estão fazendo leituras de mundo, e através dessas leituras buscam entender e intervir no mundo. Assim é importante conhecer suas capacidades, suas culturas, suas histórias de vida para lhes oferecer um ambiente educativo que possibilite participarem daquilo que acontece à sua volta e no mundo.¹⁰⁴

Na educação infantil, é necessário estar atento as leituras de mundo que as crianças expressam em suas muitas atividades. Nestas leituras, professores/as e profissionais poderão perceber se a criança está sendo submetida algum tipo de violência. É necessário ter clareza que a violência está presente nos CMEIS em diferentes formas e manifestações. Portanto, o trabalho para a superação da cultura da violência é cotidiano.

Como afirma Marques e Wachs: “Mas, a violência está tão próxima do nosso cotidiano que quase a consideramos natural. Como se sempre tivesse sido assim. E, não houvesse nada a fazer, senão considerá-la como fatalidade”.¹⁰⁵ No entanto, os autores também ressaltam: “É preciso, teimosamente, repetir: a paz é possível – contra todas as evidências, desde que assumamos o desafio de construí-la!”¹⁰⁶ O documento norteador propõe as seguintes perspectivas de atuação:

- Promover práticas educativas que levem todos os sujeitos (professores, crianças, pedagogos, diretor, membros da família e da comunidade, merendeiras etc.) a exercitar a cultura da paz;
- Estabelecer um diálogo permanente com a comunidade e com a família tendo em vista a criação de caminhos coletivos e solidários na superação e enfrentamento da violência;
- Superar processos de rotinização escolar que impeçam o diálogo, a escuta, as trocas entre os diferentes sujeitos;
 - Garantir à criança o direito de ser criança em todos os tempos e espaços institucionais, de modo que eles sejam (re) significados a partir da criança e com a criança;
- Reconhecer todos os profissionais que atuam nos CMEI’s como protagonistas do trabalho coletivo e responsáveis pela construção de uma Educação Infantil inclusiva;
- Estabelecer uma estreita relação dos saberes com as reais demandas sociais de maneira que a práxis pedagógica se fortaleça como promotora do desenvolvimento crítico e reflexivo das consciências;
- Criar situações para que a criança possa aprender a lidar com sua agressividade, medos e frustrações;

¹⁰³ FREIRE, 1998, p. 152.

¹⁰⁴ MARQUES; WACHS, 2015, p. 55

¹⁰⁵ MARQUES; WACHS, 2015, p. 8.

¹⁰⁶ MARQUES; WACHS, 2015, p. 8.

- Enfrentar a violência dentro da escola, superando modelos punitivos, autoritários e segregadores que dirimem qualquer possibilidade do diálogo e da escuta.¹⁰⁷

No momento que se trabalha com essa perspectiva, é possível dialogar sobre as diferentes situações de manifestações da mesma, seja na vida das crianças, das famílias, da comunidade escolar, como na vida das pessoas profissionais que atuam nos centros de educação infantil. Somente enfrentando as situações cotidianas onde se manifesta a violência em suas diferentes faces, buscando saídas políticas-pedagógicas coletivas e cooperativas, será possível a construção de relações cidadãs e respeitadas na construção da cidadania e de uma cultura que respeite às diferenças.

2.2 Religião: como núcleo conceitual da proposta curricular

O tema da religião tornou-se um núcleo conceitual devido a “intensos conflitos vividos hoje nos CMEIs quando, em função de alguns preceitos religiosos e crenças religiosas, as crianças estão sendo impedidas de se apropriarem de práticas culturais e pedagógica que, a grosso modo, representariam um confronto com a formação religiosa dada pela família”.¹⁰⁸

A escola pública é laica, ou seja, “sem inclinações doutrinárias a nenhuma religião. Conduzir ou formar a criança a um determinado preceito religioso cabe à família”.¹⁰⁹ Os CMEIs são centros de educação infantil mantidos pelos municípios, portanto, são laicos. Isso significa que não se pode ensinar uma religião na escola. Ensinar a religião é um assunto privado e cabe à família. No entanto, as escolas como os CMEIs necessitam acolher as diferentes tradições religiosas, valorizando a pluralidade presente na sociedade brasileira. Segundo a Proposta Curricular para os CMEIs de Vitória:

faz-se necessário acolher as diferentes culturas, crenças e valores que caracterizam nossa comunidade escolar, através do exercício diário de ouvir, observar e aprender com as famílias, repudiando qualquer tipo de discriminação e atitudes preconceituosas que impeçam a construção de uma práxis pedagógica multicultural (que respeita todas as culturas) e intercultural (que aprende a dialogar e a interagir com as diferentes culturas).¹¹⁰

¹⁰⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 72.

¹⁰⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 76.

¹⁰⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 76.

¹¹⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 76.

A educação com respeito à diversidade é um grande desafio também na educação infantil. A educação infantil não oferece a disciplina do Ensino Religioso, conforme artigo 33 da Lei nº 9475/97, pois a mesma necessita somente ser oferecida no Ensino Fundamental. No entanto, é importante lembrar o que diz o artigo 33:

Art. 33 – O Ensino Religioso de matrícula facultativa é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão de professores.

2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituídas pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.¹¹¹

O artigo 33 afirma que o Ensino Religioso necessita considerar a diversidade cultural e religiosa existente no Brasil, não aceitando nenhuma forma de proselitismo. Esse enunciado também necessita ser praticado nos CMEIs. Mesmo que não tenha a disciplina do ER, outras ações pedagógicas, como danças, festas, atividades recreativas, que denotam alguma manifestação religiosa (Natal, Festa de São João, Páscoa) são realizadas. Não se pode esquecer que a maioria dos feriados no Brasil são da tradição religiosa cristã. Nesse sentido, a proposta curricular afirma:

Se por um lado, não podemos negar a influência do calendário cristão nas práticas escolares (natal, páscoa, festa junina, carnaval, etc.), por outro lado, estas atividades transformadas em motivações pedagógicas, não podem subverter a função laica da escola e nem mesmo transformar determinadas práticas culturais (dança, música, brincadeiras, etc.) em mecanismos de doutrinação religiosa ou de intolerância religiosa. As crianças, os profissionais que atuam na Educação Infantil devem ser levados a conhecer o significado de cada evento, aprendendo a respeitá-lo independente de sua religião.¹¹²

É necessário que o diálogo aconteça constantemente entre crianças, famílias e todas profissionais da educação infantil. De acordo com Freire:

[...] o diálogo é uma experiência existencial. E, se ele é o encontro em que solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco torna-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.¹¹³

¹¹¹ BRASIL. *Lei Nº 9.475*, de 22 de julho de 1997. *Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

¹¹² PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 76.

¹¹³ FREIRE, 1987. p. 79.

Portanto, o diálogo claro e aberto entre todas as pessoas que trabalham nos centros de educação infantil, crianças e família é fundamental para o desenvolvimento cidadão das crianças. “Se algumas atividades desenvolvidas têm gerado conflito na relação do CMEI com a família, faz-se necessário clarificar a função social e cultural do conhecimento também como elemento promotor da solidariedade, de paz, de justiça, de cidadania e de fraternidade”.¹¹⁴

Recentemente, aconteceu uma polêmica num Centro de Educação Infantil, pois a professora realizou um projeto com as crianças sobre a boneca Abayomi. Kauê Vieira narra a história das bonecas Abayomi.

Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim.¹¹⁵

Infelizmente, essa bela história da tradição africana trabalhada em um CMEI foi interpretada de forma equivocada por um pastor. O pastor quando viu a boneca entendeu a mesma como uma invocação da religião afro-brasileira. Percebe-se por um lado que há muita desinformação e ao mesmo tempo uma intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana.¹¹⁶ A igreja havia alugado as suas dependências para a educação infantil do município de Vitória, portanto, ela não pode interferir no trabalho pedagógico do CMEI. A escola é laica e necessita dar a conhecer a diversidade religiosa existente no contexto brasileiro.

Há de se questionar também em que medida se tem garantido a afirmação da criança e do adulto negro como ‘sujeitos de interesses válidos e direitos legítimos’, uma vez que o preconceito racial reforça a impotência do outro em função da cor da pele, do tipo de cabelo, da condição de classe, neutralizando desse modo, as desigualdades de tratamento entre as crianças e adultos e silenciando a identidade da criança negra em diferentes tempos e espaços escolares.¹¹⁷

Um dos fatos que mais acontece na educação infantil é as crianças se perceberem em suas diferenças de cabelo, de condição de classe. É nesse sentido, que o diálogo sobre as diferenças e o respeito às mesmas é fundamental. Através do brincar em conjunto com todas as

¹¹⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 76.

¹¹⁵ VIEIRA, Kauê. *Bonecas Abayomi*: símbolo de resistência, tradição e poder feminino. 22/03/2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

¹¹⁶ LOPES, Raquel. Professora que fez boneca afro retirada de escola por pastor diz que projeto continua. *A Gazeta*: Vitória, 12 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/professora-que-fez-boneca-afro-retirada-de-escola-por-pastor-diz-que-projeto-continua.ghtml>>. Acesso em: 20 ago 2017.

¹¹⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 52.

crianças, desenvolve-se o sentimento ético de respeito ao outro. Além do mais, quando uma criança traz algum objeto à escola que remete a um elemento religioso, por exemplo, é necessário a abertura do/a professor/a para trabalhar tal sentido do objeto com toda a turma de crianças.

A diversidade religiosa faz parte da diversidade cultural de um determinado lugar e contexto e também se apresenta na educação infantil. O documento orientador dos CMEIs em Vitória deixa muito claro que não pode ser negado à escola a sua função social de trabalhar a cultura.

À escola, não pode ser negado o direito de fazer uso de práticas que revelam a beleza, a importância da pluralidade de nossas raízes históricas e culturais também presentes nas diferentes religiões e nem mesmo ser indiferente à influência do fenômeno religioso no tecido social. É função dela transmitir os valores éticos, morais e estéticos que promovam o respeito, a solidariedade e contribuam para a cultura da paz como patrimônio humano universal, fazendo uso das diferentes linguagens (plástica, musical, corporal, oral, escrita etc.) e dos conhecimentos historicamente acumulados.¹¹⁸

O Brasil, desde a sua formação histórica, é plural seja em sua formação étnica, linguística e religiosa.¹¹⁹ É importante que isso seja entendido como uma riqueza que denota a beleza e a boniteza de um povo. Segundo Eliane Moura da Silva:

A diversidade religiosa é profunda. Ela existe entre ateus e religiosos, entre formas distintas de religião (cristãos e budistas, por exemplo), entre ramos religiosos com pontos em comum (como judeus e muçulmanos), entre expressões internas de uma mesma religião (católicos carismáticos e adeptos da Teologia da Libertação) e mesmo entre expressões geográfico-históricas da mesma fé (católicos espanhóis e católicos norte-americanos).¹²⁰

Em razão disso, há a possibilidade de um viver profundo da inclusão e da diversidade cultural. É importante perceber que não existe nenhuma religião pura. Também as diferentes denominações cristãs e religiões apresentam suas diferenças e pluralidades. As crianças quando chegam à educação infantil trazem junto as suas experiências de vida que necessitam ser valorizadas.

O desenvolvimento é a parte da vida e está profundamente marcado pelo contexto social do qual a criança participa. Os comportamentos que cada um apresenta e as respostas que dão se relacionam às questões mais amplas que lhe são colocadas cotidianamente. Consequentemente, crianças diferentes, com vidas diferentes,

¹¹⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 76-77.

¹¹⁹ SILVA, Eliane Moura. Diversidade e Valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, n.º 2, p. 2, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

¹²⁰ SILVA, 2004, p. 2.

recebendo estímulos diferentes, estão expostas a problemas e a formas de solucioná-los diferentes e constroem padrões de referência e de comportamento igualmente diferentes.¹²¹

As crianças de 0 a 6 anos estão em fase de desenvolvimento, sendo esse um tempo fértil para construir relações de tolerância e de respeito. Aprender que o coleguinha tem outro jeito de se expressar, de se vestir é fundamental para a criança se perceber como ser que vive no mundo, cercado de outras crianças e pessoas que são diferentes. Pois, de acordo com Cláudio de Oliveira Ribeiro: “Ao conhecer melhor o outro, cada um conhece a si mesmo”¹²².

É nas relações que a criança vai aprendendo a se relacionar, a conviver e a se conhecer a si mesma. Ela não está só no mundo. Portanto, a socialização que a educação infantil possibilita é fundamental para o processo de aprendizagem das manifestações culturais e religiosas, isto é, para desenvolver o sentimento de respeito ao diferente. O Documento norteador afirma:

A diversidade dos modos de expressar uma determinada religião não deve ocasionar atitudes de exclusão, indiferença, preconceitos, violência, intolerância e proselitismo, pois de antemão, estas atitudes já se constituiriam contraditórias com o próprio sentido da religião que é o de promover a paz, a convivência fraterna, o diálogo, o amor e a solidariedade entre as pessoas. Portanto, religião não pode confundir-se com uma visão deformada da realidade que exclui as possibilidades do diálogo da reciprocidade e de respeito à pluralidade de opiniões, de crenças e tradições.¹²³

É necessário recuperar o sentido da religião que é o da promoção da paz, da convivência fraterna, do diálogo, do amor e da solidariedade entre as pessoas. É necessário vencer as atitudes que excluem e geram violências. Também se percebe uma confusão entre denominações cristãs com religião. Denominações cristãs estão ligadas às igrejas cristãs como metodista, luterana, anglicana, católica, presbiteriana, batista, assembleias de Deus, etc. cujos fundamentos se originam do cristianismo.¹²⁴ Religiões se referem a diferentes formas de entender a manifestação do sagrado como o judaísmo, hinduísmo, cristianismo, islamismo, budismo. No Brasil, também há as religiões de matriz africana e indígenas.

Na educação infantil, “estes conhecimentos só se justificam quando pensados a partir de um projeto político-pedagógico aberto às realidades culturais e humanas, garantidor da liberdade de expressão e promotor da ética e da estética do conhecimento”.¹²⁵ Antes de trabalhar com as crianças seria, praticamente, necessário trabalhar com as famílias, pois a maioria delas

¹²¹ RONCHI FILHO; CASTRO, 2002, p. 45.

¹²² RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *Pluralismo e libertação*. São Paulo: Paulinas, 2014. p. 10.

¹²³ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 77.

¹²⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 78.

¹²⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 78.

não têm conhecimento sobre as diferenças acima mencionadas. Não se pode esquecer que no momento, a maior intolerância religiosa que se vive no Brasil se dá contra as religiões afro-brasileiras. O documento norteador da educação infantil de Vitória coloca as seguintes perspectivas de atuação para trabalhar as questões ligadas com a religião:

- Criar situações que possibilitem um maior conhecimento sobre as inúmeras expressões religiosas e manifestações culturais presentes na sociedade brasileira; tendo em vista a diversidade de identidades étnicas e religiosas;
- Possibilitar experiências que promovam uma cultura de paz em todos espaços e tempos dos CMEI's como contraponto à cultura generalizada da violência;
- Superar qualquer forma de discriminação, preconceito e exclusão no contexto escolar em função das escolhas religiosas;
- Fortalecer o sentido da educação laica e do CMEI enquanto espaço de produção cultural;
- Promover a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira;
- Superar processos de doutrinação e de intolerância religiosa, sobretudo em períodos influenciados pelo calendário cristão, como por exemplo, páscoa, natal, carnaval etc.¹²⁶

Portanto, é preciso reinventar o educar e o cuidar, visando à construção de cidadãos mais justos, solidários e capazes de desenvolver inúmeras potencialidades. Cada ano é necessário rever o projeto pedagógico do centro de educação infantil, o mesmo necessita ser flexível. As demandas a serem trabalhadas vão se modificando, por isso estar abertos a mudanças é fundamental para os professores, professoras e demais profissionais da educação. Educar para o respeito da diversidade cultural e religiosa, buscando uma cultura da paz, portanto, é também um grande desafio dos CMEIs, no município da cidade de Vitória - ES.

2.3 Entre o cuidar e o educar: aprender a respeitar à diversidade para superação da violência para a construção de uma cultura de paz

Primeiramente, é necessário definir o que se entende por aprender a respeitar à diversidade. É importante deixar claro que as pessoas são diversas e vivem em contextos diversos. Ninguém é igual a ninguém. No entanto, essa verdade fundamental é sempre de novo ameaçada por ações individuais ou coletivas de preconceito, intolerância e, inclusive, violência.

O reconhecimento e o respeito à diversidade são fundamentais na construção da cidadania. Henri Luiz Fuchs afirma que “a diversidade ou a diferença não são assuntos novos

¹²⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 78.

na história da educação”.¹²⁷ Quando a diversidade não é valorizada, ela se transforma em desigualdade. Segundo Gimeno Sacristán: “A diferença não é somente uma manifestação do ser único que cada um é; em muitos casos, é a manifestação de poder ou de chegar a ser, de ter possibilidade de ser e de participar dos bens sociais, econômicos e culturais”.¹²⁸ Portanto, a diversidade é trazer para a discussão em sala de aula sujeitos que, por muito tempo, foram esquecidos, como por exemplo, a cultura africana e indígena que faz parte da história do Brasil. Educar para a diversidade é valorizar a própria história. A diversidade também aprofunda a própria identidade do sujeito. Portanto, de acordo com Silva:

Da mesma forma que o professor de literatura faz referência a diversas escolas literárias; da mesma forma que o professor de História enfatiza diversos povos, assim o ensino de religiões deve enfatizar diversas expressões religiosas, considerando que as religiões fazem parte da aventura humana. A diversidade se faz riqueza e deve conduzir à compreensão, respeito, admiração e atitudes pacificadoras.¹²⁹

Educar é ensinar a compreender, experimentar e respeitar às diferenças. Educadores necessitam ter claro que a construção da identidade se dá no encontro do diálogo com as diferenças. Na medida que se busca a valorização da diversidade, busca-se também a construção de uma educação da paz. Educar para a paz é educar para o respeito às diferenças. Vera Maria Candau coloca cinco passos pedagógicos fundamentais para a educação para a paz:

O primeiro passo para uma educação para a paz é andar com os olhos abertos, não se negar a enfrentar a realidade por mais dura e desconcertante que seja e não querer ‘proteger’ as crianças e adolescentes da dimensão dura da vida. No entanto, não basta ser capaz de ver, analisar, conhecer, é necessário também se situar diante desta realidade, compreender os mecanismos que perpetuam a exclusão e as desigualdades e produzem violência, assim como os esforços de tantas pessoas, grupos, organizações para criar uma realidade diferente.¹³⁰

Para construir a paz é necessário conhecer a realidade e compreender os mecanismos que perpetuam a exclusão e as desigualdades que produzem a violência. Para construir a paz, precisa-se pensar na erradicação da pobreza, no direito à educação, na diversidade e na inclusão de forma concreta. Márcio Thomaz Bastos escreve sobre qual paz queremos construir para depois direcionar nossos esforços na direção almejada, dizendo: “É como a célebre passagem,

¹²⁷ FUCHS, Henri Luiz. O Ensino Religioso: a diversidade e a identidade na escola. In: KLEIN, Remí; BRANDENBURG, Laude Erandi; WACHS, Manfredo Carlos. *Ensino Religioso: diversidade e identidade*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p. 125.

¹²⁸ SACRISTÁN, Gimeno. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDIA, Rosa et. al. *Atenção à diversidade*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 13.

¹²⁹ SILVA, 2004, p. 3.

¹³⁰ CANDAU, Vera Maria. *Por uma Cultura da Paz*. s.d., p. 2. Disponível em: <<http://files.ufcculturadepaz.webnode.com.br/200000170-2360532ed/CANDAU%20VERA%20Por%20Uma%20Cultura%20de%20Paz.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

de Lewis Carroll, que, ao se ver em um lugar desconhecido, perguntou: ‘Como eu saio daqui’? A que o gato respondeu: ‘depende para onde você quer ir’”. E, continua Bastos:

A paz deve ser um esforço coletivo da sociedade baseada em valores como solidariedade e respeito mútuo. Por outro lado, o que também vale notar é que a paz deve ser buscada, construída, por meio de ações políticas ativas. Enquanto não houver firme compromisso de governantes e da sociedade civil na direção de uma sociedade e uma cultura da paz, ela não poderá ser alcançada.¹³¹

Portanto, ver a realidade e tentar transformá-la é de fundamental importância, porém, é necessário que se trabalhe em rede. Nesse sentido, é importante perceber que a construção da paz é um ato político, pois busca a inclusão. Candau aponta para o segundo passo fundamental:

A paz é um produto que se constrói com estes diferentes componentes. Não é somente uma meta a ser alcançada. É também um processo, um caminho. Neste sentido, é importante radicalizar a capacidade de diálogo e de negociação. Não construiremos a paz se não nos desarmarmos das nossas armas materiais, mas também se não desarmarmos nossos espíritos, nossos sentimentos, tudo o que há em nós de negação do outro, de não reconhecimento, de prepotência, de exclusão dos ‘diferentes’. Para educar para a paz é fundamental desenvolver a capacidade de diálogo e de negociação sem limites. Sempre é possível conversar, expressar a sua palavra, resgatar o melhor de nossas experiências, ressituar as questões, construir plataformas de negociação no plano interpessoal, grupal e social. Trata-se de trabalhar muito a capacidade de escuta do outro, de deixar-se afetar, de repensar as próprias convicções, ideias, sentimentos, de desenvolver a capacidade de negociação, básica para construir com outros, conjuntamente. Em sociedades e culturas autoritárias como a nossa esta é uma dimensão fundamental.¹³²

O diálogo e a escuta são fundamentais no processo educacional para uma cultura da paz. Além disso é necessário desenvolver a cultura da negociação, da flexibilidade e estar disposto a ampliar o conhecimento, deixando de lado velhos conceitos, construindo novos. Na educação infantil, como já vem sendo enfatizado, é necessário conversar com as crianças, entendendo cuidado e educação, como processos importantes na construção do ser humano. O cuidado consigo, com o outro, com a natureza, com os brinquedos é fundamental para que essa criança se torne um ser humano do cuidado. O cuidado está ligado com a construção da paz e da cidadania. O cuidar é um elemento fundamental na educação infantil. Crianças pequenas necessitam ser cuidadas. Assim, elas também aprendem a cuidar das outras pessoas, dos animais, de seus brinquedos, da natureza. Nesse sentido, Candau apresenta o terceiro passo para uma educação para a paz:

A cultura da violência está cada vez mais presente nos diferentes ambientes sociais, da família ao Estado. A escola não está imune a esta dinâmica. A solução para esta

¹³⁰ BASTOS, Márcio Thomaz et al. *Introdução*. Imaginar a paz. Brasília: Paulinas. 2006. p. 9

¹³² CANDAU, s.d., p. 3.

problemática é, em geral, buscada acentuando-se as políticas de segurança. As situações passam a ser exclusivamente uma questão de segurança, de responsabilidade da polícia. Mais polícia nas ruas e nas escolas, mais repressão e punição, mais controle. É reforçada a lógica da contraposição de forças, o que é antagônico a uma cultura de paz. Uma educação para a paz procura desenvolver uma cultura dos direitos humanos, que passa pelo reconhecimento da dignidade de cada pessoa, pelo resgate da memória histórica, por nomear os mecanismos que favorecem em cada um de nós e no corpo social as reações violentas, pela expressão de sonhos partilhados, pela construção de um horizonte comum de vida e de sociedade que assuma a diferença positivamente. [...] O terceiro elemento diz respeito aos processos de mudança, de transformação necessários para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas e humanas. Um dos componentes fundamentais destes processos se relaciona a 'educar para o nunca mais', para resgatar a memória histórica, romper com a cultura do silêncio e da impunidade que ainda está muito presente em nossos países. Somente assim é possível construir a identidade de um povo, na pluralidade de suas etnias e culturas. Estes componentes, formar sujeitos de direito, favorecer a processos de empoderamento e educar para o 'nunca mais', constituem hoje o horizonte de sentido da educação em Direitos Humanos.¹³³

No terceiro passo, Candau aponta que a educação para a paz está estreitamente ligada com a educação para os direitos humanos de todas as pessoas. Somente assim será possível construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Ela aponta para a necessidade da superação do autoritarismo, sendo esse um elemento fundamental também no trabalho da educação infantil. A cultura da paz deve ser construída e articulada através da criança, pois ela precisa ser cuidada e educada, como ser de direitos.

No quarto passo, Candau aponta para a importância da pluralidade, a qual fez-se referência anteriormente.

Uma quarta característica da educação para a paz é o reconhecimento da pluralidade. Não querer uniformizar, não querer que todos pensem da mesma maneira, nem atuem do mesmo modo. Supõe manejar a pluralidade e a diferença. Romper com o etnocentrismo, não hierarquizar os 'outros', pessoas, grupos sociais ou culturas, como inferiores ou superiores a mim, ao meu grupo ou cultura. Procura reconhecer a contribuição de cada um a partir da diferença. Uma educação para a paz supõe uma educação para o reconhecimento da pluralidade e da diferença, exige uma educação intercultural, que promova o diálogo entre diferentes grupos e culturas.¹³⁴

É de fundamental importância para a educação para a paz o diálogo com as diferentes vozes e culturas. Não se pode hierarquizar as culturas. Todas as culturas são importantes. E assim se chega ao quinto passo colocado por Candau:

A educação para a paz supõe liberar o dinamismo profundo de crescimento de cada pessoa e de cada grupo humano, indispensável para se assumir a vida como uma aventura positiva, para enfrentar riscos e empenhar-se em construir com outros, novas possibilidades de futuro. A sociedade nova que sonhamos exige atores sociais comprometidos, processos coerentes com o que se pretende alcançar, que enfatizem

¹³³ CANDAU, s.d., p. 3-4.

¹³⁴ CANDAU, s. d, p. 4.

métodos pacíficos e não violentos – a paz é processo e produto. A paz é um modo de viver o humano, de enfrentar os problemas e conflitos, de promover uma maneira não violenta de lutar pelos direitos humanos, capaz de reconhecer o outro e de realizar ações e processos coletivos. A paz é responsabilidade de tod@s. Governo e sociedade civil. Homens e mulheres. Crianças, adultos e idosos. Afrodescendentes, indígenas, brancos, mestiços, etc. Todos temos que expressar nossa voz. Somente na sinfonia de diferentes vozes podemos construir a paz.¹³⁵

A construção da paz tem a ver com a liberação do dinamismo de cada pessoa, mas também com a coletividade. Valorizar a participação de cada criança no processo da educação infantil é fundamental para o desenvolvimento da identidade e da diferença. Não existe educação para a paz sem o reconhecimento da diversidade, da promoção do diálogo entre os diferentes grupos e culturas. A educação para a paz aproxima as culturas, considerando a importância de cada uma delas para a construção do ser humano. A educação para a paz implica em um modo de viver, que reconhece a capacidade do outro e de realizar ações e processos coletivos, visando o bem comum.

Há um anseio profundo pela paz. No entanto, é necessário deixar claro que a paz também é uma construção que inicia na infância. O CMEIs tem um papel fundamental nesse processo e depende como cuidam e educam as crianças, pois a paz tem a ver com tudo do ser humano. É importante lembrar a dimensão indissociável entre cuidar e educar, conforme consta nos Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e os cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como da qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quando da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.¹³⁶

A forma como a criança é cuidada e educada é fundamental para o seu desenvolvimento como cidadã, isto é, um ser aberto para acolher a diferença. Na medida que a criança se sente acolhida, também irá acolher outras pessoas. De acordo com Marques e Wachs

a intencionalidade educativa da Educação Infantil deve estar em consonância com a ética universal do cuidado. Assim, as experiências cotidianas envolvendo cuidar-educar não podem ser frutos do improviso, mas ricamente planejadas. Planejar é ter clareza do que se almeja alcançar e tomar decisões refletidas, garantindo a coerência no processo educativo.¹³⁷

¹³⁵ CANDAU, s. d., p. 4.

¹³⁶ BRASIL, 1998, v. 1, p. 24.

¹³⁷ MARQUES; WACHS, 2015, p. 114.

A educadora Luciana Ostetto firma que “planejar, na educação infantil, é mergulhar, com espanto e paixão, na aventura em busca do desconhecido, junto com as crianças”.¹³⁸ O planejamento, a organização de cada dia da educação infantil, com seus momentos diferenciados e fundamentais para que a criança aprenda disciplina, cumpra horários, desenvolva uma rotina. A cultura da paz deve ser construída e articulada através da criança, pois ela precisa ser cuidada. Francisco Tonucci afirma:

Se reconhecemos à criança a competência, se para ela desejamos a autonomia que ela precisa, e se nos convenceremos de que a criança pode ser uma grande aliada para a mudança real e radical da cidade na perspectiva de uma nova cultura da infância, a pergunta será: Como a criança pode ajudar os adultos? Esse é o sentido do projeto ‘A cidade das crianças’, esse é o cerne da nossa filosofia de governo da cidade: assumir a criança como parâmetro para garantia de todos os cidadãos, a partir dos mais fracos, na certeza de que se uma cidade for adequada às crianças será uma boa cidade para todos.¹³⁹

Da mesma forma deve ser construída a educação infantil. A criança necessita ser assumida como parâmetro, isto é, como garantia para a construção da paz de todos os cidadãos e cidadãs. No momento em que as crianças são colocadas no centro, a educação para a diversidade e para a paz será muito mais efetiva, pois as crianças necessitam ser vistas e entendidas em sua pluralidade e diversidade. Com isso, a infância se torna um sinal de esperança para todos, como também é poetizada e cantada pela música popular brasileira.

A Guerra dos Meninos
 Hoje eu tive um sonho que foi o mais bonito
 Que eu sonhei em toda a minha vida
 Sonhei que todo mundo vivia preocupado
 Tentando encontrar uma saída
 Quando em minha porta alguém tocou
 Sem que ela se abrisse ele entrou
 E era algo tão divino, luz em forma de menino
 Que uma canção me ensinou
 La...la...la... (coro)
 Tinha na inocência a sabedoria
 Da simplicidade e me dizia
 Que tudo é mais forte quando todos cantam
 A mesma canção e que eu devia
 Ensinar a todos por ali
 E quantos mais houvessem para ouvir
 E a fé em cada coração, na força daquela canção
 Seria ouvida lá no céu por Deus
 La...la...la.. (coro)
 E saí cantando meu pequeno hino
 Quando vi que alguém também cantava
 Vi minha esperança na voz de um menino
 Que sorrindo me acompanhava

¹³⁸ OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.) *Encontros e encantamentos na educação infantil*. 2 ed. Campinas: Papirus. 2008, p. 12

¹³⁹ TONUCCI, Francisco. *Quando as crianças dizem: “Agora chega”!* Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 209.

Outros que brincavam mais além
 Deixavam de brincar pra vir também
 E cada vez crescia mais aquele batalhão de paz
 Onde já marchavam mais de cem
 La...la...la... (coro)
 De todos os lugares vinham aos milhares
 E em pouco tempo eram milhões
 Invadindo ruas, campos e cidades
 Espalhando amor aos corações
 Em resposta o céu se iluminou
 Uma luz imensa apareceu
 Tocaram fortes os sinos, os sons eram divinos
 A paz tão esperada aconteceu
 Inimigos se abraçaram e juntos festejaram
 O bem maior, a paz, o amor e Deus
 La...la...la... (coro)¹⁴⁰

Os compositores e cantores Roberto Carlos e Erasmo Carlos cantam, em sua música, que sempre há uma esperança na vida do ser humano e, que diante de todas as diversidades de problemas enfrentados no cotidiano, a paz se reflete em uma criança e suas brincadeiras. A arte, a música, a poesia necessita também ser ensinada na Educação Infantil. A educação para a paz está ligada com a educação para a sensibilidade e para o amor solidário. O próximo capítulo reflete e analisa o projeto de ação interdisciplinar desenvolvido no CMEI João Pedro de Aguiar na cidade de Vitória - ES, objetivando a educação para a paz.

¹⁴⁰ CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *A guerra dos meninos*. Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/roberto-carlos/a-guerra-dos-meninos.html>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

3 REFLEXÕES E ANÁLISE DO PROJETO DE AÇÃO INTERDISCIPLINAR DESENVOLVIDO NO CMEI “JOÃO PEDRO DE AGUIAR”

O terceiro capítulo reflete sobre o projeto de ação interdisciplinar “Educar para a paz: rompendo os muros do CMEI” para superar a cultura da violência desenvolvido no CMEI João Pedro de Aguiar, na perspectiva da educação para a paz. Apresenta-se o CMEI João Pedro de Aguiar, um pouco de sua história, de sua localização e do público (crianças e famílias) que fazem parte da comunidade escolar. Apresenta, então, o projeto que busca a formação de crianças cidadãs, afirmando os princípios de respeito à diversidade religiosa e cultural. Aponta-se, então, para a importância da educação para a paz, a qual fundamenta, pedagogicamente, o projeto desenvolvido, tendo como objetivo construir relações de respeito nas salas de aula, no ambiente do centro de educação infantil, mas também o desenvolvimento ético das crianças diante das diferenças e da pluralidade. O projeto interdisciplinar se desenvolveu na ação pedagógica do cuidar-educar e do brincar no currículo da Educação Infantil como eixos pelos quais passaram a educação para a paz. O currículo, logicamente, tem como parâmetro as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que o define como

conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.¹⁴¹

Nesse sentido, será refletida a ação interdisciplinar que envolveu todas as crianças, profissionais, professores/as e famílias do centro de educação João Pedro Aguiar que foi a pintura do muro do CMEI, expressando para fora a esperança de paz e esta é plural e colorida. A construção da paz necessita envolver a toda comunidade escolar e também vai além dela mesma. No entanto, o CMEI está colocando sinais da construção dessa paz, sendo esse, como já se viu, no segundo capítulo, um dos eixos do Documento Orientador da Educação Infantil no município de Vitória. “A educação para a paz dialoga com o pensamento de Paulo Freire, quando afirma a esperança e rechaça o fatalismo, reconhecendo a história como tempo de possibilidade e não de determinismos, e o futuro como sendo problemática e não inexorável”¹⁴².

3.1 O CMEI João Pedro de Aguiar e o compromisso com a educação da criança como produto do contexto cultural na sociedade moderna

¹⁴¹ BRASIL, 2010, p. 12.

¹⁴² FREIRE apud MARQUES, WACHS, 2015, p. 102.

O CMEI “João Pedro de Aguiar”¹⁴³ fica localizado na Rua Julia Lacourt Penna, no bairro Jardim Camburi, número 1010. O CMEI conta com doze turmas pela manhã e doze turmas à tarde. Isso só é possível porque o CMEI tem treze salas, um pátio pequeno, um pátio maior com areia e brinquedos. O ambiente também tem uma cozinha, dois banheiros infantis (um masculino e um feminino), três banheiros para adultos, um hall de entrada e recepção, uma secretaria, uma sala de informática e uma sala de direção e uma sala de pedagogos.

São 25 crianças em cada turma, no turno matutino. No turno vespertino, cada turma tem em torno de 25 crianças cada sala. Ele funciona de 7h às 12h, no primeiro turno e de 13h às 18h no segundo turno. O centro possui 81 funcionários/as. Em cada turno há um vigilante. Trabalham também no centro cinco merendeiras e seis funcionárias. No momento, também há 14 estagiárias, sendo 7 em cada turno. O Centro também tem como gestora, uma diretora e é orientado, pedagogicamente, por quatro pedagogas, sendo duas para cada período. Além do mais, o Centro também tem um Conselho: “Conselho de Escola do CMEI Joao Pedro de Aguiar”, onde participam pais, mães, funcionários e profissionais do centro. Como é possível perceber O CMEI “João Pedro Aguiar” agrupa uma grande comunidade escolar. É interessante perceber que o termo creche ainda é utilizado para as crianças para o trabalho com crianças pequenas e pré-escola para as maiores¹⁴⁴.

Entre o cuidar-educar e o brincar, o CMEI “João Paulo de Aguiar” busca desenvolver um currículo que considere os núcleos conceituais, conforme o Documento norteador da Educação Infantil em Vitória. Um dos temas tratados é a violência. A violência está presente na vida das crianças e da comunidade escolar. A violência, infelizmente, é tratada, sem prioridade nenhuma pela esfera pública, e há poucas políticas públicas ou propostas para enfrentar o problema. A violência tem se tornado um problema de difícil solução, e que perpassa todas as esferas que compõem os cenários locais e globais.

A prática propícia da aprendizagem de forma experimental e lúdica, na educação infantil, com perspectivas e com descobertas nas concepções das relações humanas, objetiva auxiliar as crianças a desenvolver e a despertar os sentidos sensoriais, práticos, emocionais e sociais, para alcançar relações saudáveis, sentimentos, ideias, palavras, gestos e ações. Com isso, as crianças passam a interpretar e a compreender melhor o mundo que as cerca, como também, a si mesmas.

¹⁴³ Sobre a história do professor João Pedro de Aguiar veja em anexo.

¹⁴⁴ Joao Pedro De Aguiar (CMEI). Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/escola/167865-cmei-joaopedro-de-aguiar/sobre>>. Acesso em: 01 out 2017.

Infelizmente, hoje, a violência corrói, de forma desastrosa, todas as esferas da sociedade. Portanto, há uma preocupação especial com a convivência e com os novos desafios advindos do cotidiano familiar e comunitário que se expressa na vida das crianças no cotidiano do CMEI. A partir do contexto, onde o CMEI está localizado e as diferentes realidades que as crianças trazem junto consigo para o centro de educação infantil, visando relações saudáveis e comprometidas, investiu, com muita expectativa, num projeto de educação para paz. Claro está que há fatores, tanto atuais quanto históricos, que colaboram e muito para a continuidade e até o aumento da violência, como: miséria, desemprego, a desigualdade social, o crescimento urbano desordenado e desorganizado, a falta de políticas públicas eficazes, o consumo exagerado, o individualismo, o despreparo de muitas famílias em educar as crianças, a falta de tempo das famílias, entre muitos outros.

Os noticiários, cotidianamente, retratam as mais variadas cenas de violências e, inclusive, de morte. Como superar a violência nossa de cada dia e construir uma cultura de paz? A construção de uma sociedade mais justa e humana passa também por sistema de ensino inclusivo, acolhedor, onde as crianças têm espaço para se desenvolver como cidadãos.

O Brasil tem tentado avançar, diminuindo a pobreza e a fome através de programas sociais para as populações mais pobres. No entanto, em relação ao tema da violência, que se manifesta de muitas formas, necessita ser discutida por toda a sociedade e todas as classes sociais. A violência perpassa todas as classes sociais, as diferentes etnias/raças, lugares geográficos. Entender as crianças como cidadãs, portadoras de direitos e também dialogar com elas sobre temas que envolvam preconceito, racismo, violências. De acordo com Marques e Wachs:

As crianças estão atentas a tudo o que acontece à sua volta, e o compromisso de pais e educadores não se restringe a ser meros espectadores nessa leitura de mundo feita por elas, mas de mediadores no processo reflexivo acerca daquilo que estão percebendo, ou seja, os adultos precisam ajuda-las a refletir sobre isso.¹⁴⁵

O olhar para a concepção de infância e entender as crianças como cidadãs, já aqui e agora, é a grande oportunidade para construir uma nova concepção de mundo e estratégias contra a violência, desenvolvendo um currículo que inclua questões como a violência, intolerância cultural, religiosa e racial. Se por séculos, a criança era vista como um ser sem importância, quase invisível, hoje, ela é considerada um ser com identidade pessoal e histórica, com toda a sua especificidade. Através dela, haverá a chance estratégica no combate à violência.

¹⁴⁵ MARQUES, WACHS, 2015, p. 102-103.

As mudanças na educação e na formação de nossas crianças aconteceram devido às novas exigências sociais e econômicas que conferiram aos infantes um real papel de investimento no presente. O privilégio em seu atendimento passou a ser valorizado, passando de uma educação com perspectiva assistencialista para uma visão transformadora e libertadora.

Portanto, necessita-se de uma proposta pedagógica, aliada a um cuidar de forma integral com toda a necessidade psicológica, emocional, cognitiva e física da criança. As crianças necessitam ser olhadas com respeito. É necessário usar a pedagogia dialógica e lúdica para trabalhar com elas.

Constantemente, o CMEI promove encontros de estudos e seminários, porque acredita que o educador comprometido com a proposta pedagógica necessita estudar e também ser ouvido. Portanto, também funcionários, educadores e a comunidade escolar necessitam dialogar e refletir sobre o cotidiano da escola. As crianças pequenas necessitam do cuidado das pessoas adultas.

Educar para a paz pode se tornar um compromisso possível de ser sonhado por toda a comunidade. As crianças de zero a seis anos não estão alheias aos acontecimentos ao seu redor. A prática do escutar sensível e o permitir da fala dialógica propõem e oportunizam aos aprendizados a promoção de aprender o hábito do diálogo sobre a educação para a paz e para o amor. O processo do diálogo cotidiano oportunizará reflexões que levarão os pequenos a construir concepções necessárias para o desenvolvimento da cultura da paz.

As crianças se alegram em ter amigos e amigas e também em ser amigo. Muitas vezes, elas repetem isso nas salas do Centro de Educação: “este é meu amigo e eu sou amigo dele”. Portanto, a amizade é um tema importante para trabalhar a superação da violência. Se as crianças são amigas elas se cuidam e se protegem. A amizade conduz a cooperação e o cuidado. Assim, florescerá a felicidade e o prazer no ser criança, em ter amigos/as e ser amigo/a, brincar aprendendo com o/a amigo/a o que significa amor ao próximo e a si mesmo. Dessa forma, a criança vai se tornando sujeito de suas próprias histórias e seres produtores de experiências e experimentos, capazes de intervir na construção da cultura da paz. É necessário ter claro que a violência acontece quando os indivíduos não cuidam do que está a sua volta e de si mesmo.

A experiência pedagógica sobre a cultura da paz, desenvolve um compromisso com a valorização da vida, com o sentimento de superação e de mudança social. Nesse sentido, é urgente ter o tema violência no currículo da educação infantil, objetivando a educação de pessoas mais humanizadas que sabem se relacionar com as outras, com a natureza e com o mundo que as cerca de forma respeitosa, numa relação de alteridade. Cada centro de educação infantil necessita ter claro o contexto onde está localizado, os pontos negativos e positivos desse

contexto. É necessário ter propostas concretas para uma efetiva participação de toda a comunidade escolar. No papel de mediação que o/a professor/a da educação infantil assume, é necessário criar ambientes de diálogo, de reflexão e de construção de atitudes e valores que solidifiquem o respeito ao próximo e a si mesmo. Segundo Marques:

A educação para a paz solidifica-se a partir da escuta, do diálogo e de trocas entre os diferentes. Ela promove o respeito à vida, rejeitando qualquer tipo de violência, seja física, sexual, étnica, psicológica, de classe, de palavras ou de ações. Objetiva a aprendizagem de resolver conflitos sem o uso de violência e entende que o conflito deva ser visto como um componente básico da vida social e necessário para o crescimento dos seres humanos.

No momento atual, a educação para a paz é uma exigência primordial da sociedade, devendo ocupar posição de destaque no contexto educacional brasileiro [...]

Educação para a paz é um compromisso possível de ser sonhado e construído a partir da superação da injustiça e da violência. Esse sonho é um ato político necessário no momento atual.¹⁴⁶

O trabalho aqui analisado (itens 3.2 e 3.3) propõe educar a criança como ser estratégico na superação à violência e à intolerância. Visa levá-la a promover e a vivenciar o respeito, a autonomia, a identidade, a igualdade e a diversidade. Educar, na idade pré-escolar, é desenvolver um papel significativo no desenvolvimento psicossocial do futuro cidadão, num tempo flexível de que se precisa ter claros os objetivos, o método e os conteúdos. Relações humanizadas e conteúdos significativos na vida das crianças se desenvolve através do desenvolvimento da amizade. A roda de conversa na educação infantil é fundamental, pois é ali que a criança conta sobre a sua vida, coloca angústias e aprende a ouvir as outras crianças da sala. É também um momento de concentração. A roda de conversa, como elemento didático-pedagógico foi fundamental para desenvolver a pedagogia de projetos, no caso aqui analisado, a educação para a paz. Foi na roda de conversa que se percebeu que as crianças traziam consigo muitas experiências que envolviam a violência e a intolerância. Um exemplo se mostra em relação ao cabelo diferente das crianças. Nesse sentido, as crianças negras que mais sofriram, devido ao preconceito também da cor.

Através da pedagogia de projetos, na interdisciplinaridade (educar, cuidar e brincar) constrói-se um aprender colaborativo, que percebe a criança como ser participativo, encantado e capaz, com competência e potencial para a mudança ao novo e para o diferente. As crianças necessitam ser entendidas como seres integrais, que indagam, pensam, colaboram, ajudam, sentem, choram, riem, que querem colo, carinho. Elas necessitam ser cuidadas e educadas, pois

¹⁴⁶ MARQUES, Circe Mara. Educação para a paz e educação infantil: Um olhar e uma escuta sensível no ambiente educativo. In: BRANDENBURG, Laude Erondi; FUCHS, Henri; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo Carlos (Org.). *Simpósio de Ensino Religioso na Escola: Bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 77.

já agora são seres portadores de direitos, mas também já agora podem cumprir seus deveres, dentro de suas possibilidades. Portanto, educar para a cidadania é educar para responsabilidade consigo, com os outros e com o mundo que as cerca.

3.2 Crianças cidadãs: Ação pedagógica interdisciplinar entre o cuidar e o educar

O desafio de educar para a paz, em idade pré-escolar, para superar a cultura da violência, inova e se torna desafiador nos estudos contemporâneos. Salienta-se que quando a escola cumpre a sua função social de formar seres humanos para a compreensão de valores éticos, ela evita práticas agressivas e violentas. Ela habilita para o convívio social, o pertencimento efetivo e integral para uma atmosfera de sustentabilidade nas relações humanas.

Neste sentido, como refletido no segundo capítulo, Vera Maria Candau considerou cinco passos importantes para a educação para a paz¹⁴⁷: 1) conhecer a realidade contextual é fundamental e ver o que é possível fazer para transformar a realidade. Portanto, conhecendo a realidade conflitiva e de violência onde CMEI está localizado, buscou-se desenvolver uma ação pedagógica interdisciplinar. Além do mais, como já foi colocado os diferentes momentos entre o educar e o cuidar foi também importante para perceber a realidade de violência; 2) Candau aponta que para alcançar a paz é necessário desenvolver atividades múltiplas. Alcançar a paz é perseguir caminhos. Neste sentido, que foi desenvolvido o projeto interdisciplinar que envolveu todo o CMEI. A paz necessita ser construída por todos e todas. Este projeto está sendo desenvolvido já há algum tempo e a cada ano vai se modificando, sendo inclusos novos elementos. 3) Portanto, é necessário mudanças profundas para a construção de uma cultura da paz. É necessário “educar para o nunca mais”, isto é, educar na perspectiva histórica e dos direitos humanos, do respeito mútuo. As crianças, portanto, necessitam ser responsabilizadas por suas atitudes. A paz se constrói nas relações de respeito, solidariedade, ajuda mútua e isto as crianças necessitam aprender na educação infantil e com a sua família. Aprender a pedir desculpas, a colaborar de forma cooperativa são alguns passos para o desenvolvimento da construção da paz. 4) O quarto passo indica para a necessidade do diálogo com os diferentes. O respeito a pluralidade é fundamental. 5) A paz é uma construção de todos e todas e necessita ser realizado em rede. Portanto, o processo de socialização na educação infantil é fundamental. Na relação com as outras crianças em sua diversidade é que se desenvolve uma ética de respeito

¹⁴⁷ CANDAU. s.d., p. 2. Veja no segundo capítulo, onde estão descritos estes passos. No item 2.2 Entre o cuidar e o educar: aprender a respeitar a diversidade para superação da violência para a construção de uma cultura de paz.

às diferentes formas de ser, que envolvem, religião e cultura, por exemplo. A literatura infantil, pintura, arte, teatro são elementos importantes para desenvolver com as crianças práticas pedagógicas que envolvam o respeito e a tolerância. É o diálogo, na compreensão da diversidade, tendo a criança como participante que se desenvolver relações de paz. As crianças procuram aconchego, entretenimento, alegria e cultivam o sentimento do bem. Marques e Wachs escrevem: “Mas, a violência está tão próxima do nosso cotidiano que quase a consideramos natural. Como se sempre tivesse sido assim. E, não houvesse nada a fazer, senão considerá-la como fatalidade”.¹⁴⁸

As crianças constroem interações, são, em geral, colaboradoras, gostam de ajudar, e são capazes de intervir e interpretar. Elas são capazes de viver a inclusão e a diversidade cultural. Portanto, a educação infantil, sem dúvida, é um espaço privilegiado para desenvolver uma educação para a paz. Vale salientar que para se construir a cidadania e conceitos sobre justiça, é necessário trabalhar valores e também uma maneira saudável de se viver, compreendendo a relação compreensiva da coletividade.

Portanto, através da ação interdisciplinar, através da pedagogia de projetos, buscou-se trabalhar com as crianças a educação para a paz. No dicionário, como dizem Marques e Wachs, encontra-se “o conceito de paz como ausência de conflitos, de guerras ou de perturbação. Uma leitura não reflexiva da definição encontrada no dicionário leva ao entendimento de paz como sendo o contrário de guerra e sinônimo de passividade, de letargia”.¹⁴⁹ No entanto, Ana Maria Araújo Freire cita Paulo Freire, onde ele afirma que é necessário vencer a passividade e lutar pela paz.

De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi sobretudo que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenta miopizar as suas vítimas.¹⁵⁰

Portanto, a paz necessita ser construída, superando as realidades sociais injustas. A paz se cria na construção da justiça social. A educação para a paz necessita desvelar as injustiças e trabalhar pela libertação das pessoas injustiçadas. Uma sociedade em paz é também uma sociedade com justiça social. Ana Maria Freire buscando explicar Paulo Freire, continua:

¹⁴⁸ MARQUES, WACHS, 2015, p. 8

¹⁴⁹ MARQUES, WACHS, 2015, p. 84.

¹⁵⁰ ANA MARIA ARAÚJO FREIRE (NITA). Educação para a paz segundo Paulo Freire. *Educação*, ano XXIX, n. 2 (59), p. 388, Maio/Ago. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/449>>. Acesso em: 30 out. 2017.

[...] sua compreensão de Paz [...] se antagoniza com as injustiças e tem como seu par antagônico a GUERRA. Diz se sua atitude ética que prioriza os homens e as mulheres no lugar da ética do mercado. Diz de sua perene preocupação com a formação dos homens e das mulheres numa educação, que tenha uma relação direta e dialética com a Paz. Diz de nossa responsabilidade e dever de tentar assegurar a Paz mundial e a Paz social em nossos países em torno do mundo.¹⁵¹

Paulo Freire coloca muito claro que acima da ética do mercado está a vida das pessoas, dos homens e das mulheres. Esses homens e mulheres necessitam de uma educação comprometida com a paz, isto é, com relações solidárias, amorosas e justas. A paz mundial está interligada com a paz local e com a paz social. Portanto, é necessário ter claro o conceito de paz que se quer construir. Na Pedagogia da Autonomia, Freire destaca o direito e o dever de todo oprimido rebelar-se diante das injustiças:

Não junto a minha voz a dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da ‘justa ira’ dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.¹⁵²

Trabalhar a paz com as crianças é afirmar os princípios de respeito à diversidade religiosa e cultural. No processo de socialização que o CMEI proporciona para a criança, a educação para paz necessita ser trabalhada em todos os ambientes nos quais a criança se encontra, seja na sala de aula, na hora do brincar, no parque, na hora da refeição. Todos os espaços são importantes para desenvolver a educação para paz. É importante que isso seja feito de forma coletiva com todas as pessoas que trabalham no centro e também envolvendo a família.

Como já se refletiu não se pode separar na educação infantil o cuidar e o educar. Os cuidados “vão além do provimento de higiene, descanso e alimentação, mas inclui também a oferta de um ambiente acolhedor, alegre, desafiador e com adultos qualificados para o atendimento”.¹⁵³ Marques e Wachs afirmam:

No cotidiano das escolas de Educação Infantil não é possível a delimitação de um tempo e de um espaço para cuidar e de outro tempo e espaço para educar. Cuidar e educar são como as duas faces da mesma moeda, cara e coroa, pois, embora cada face tenha a sua identidade, elas são inseparáveis. Se uma das faces estiver danificada, a moeda continua existindo, mas não tem valor. A necessidade de as crianças serem

¹⁵¹ FREIRE, 2006, p. 388.

¹⁵² FREIRE, 1998, p. 113-114.

¹⁵³ MARQUES; WACHS, 2015, p. 111-112.

respeitadas em seus direitos requer a presença de pessoas tanto que cuidam como educam.¹⁵⁴

A própria forma como a educação infantil está estruturada necessita ser pensada de forma interdisciplinar. Não dá para separar as diferentes atividades. Elas necessitam estar interligadas com o todo do currículo da educação infantil. Portanto, há a necessidade de se estruturar uma organização curricular que venha ao encontro das necessidades das crianças e isso requer a sensibilidade de toda os profissionais que atuam na educação infantil.

Tal postura pedagógica por parte do cuidador-educador exige não somente sensibilidade em relação aos sentimentos do outro, mas também sua interferência ativa no tempo e no espaço para que sejam respeitadas as singularidades das crianças, e isso não deve ficar por conta do acaso, mas, ao contrário, deve ser amorosamente planejado.¹⁵⁵

Portanto, é nesse sentido que a seguir será relatado parte da ação interdisciplinar realizada no CMEI João Pedro de Aguiar, que ainda continua sendo desenvolvida, que é o projeto “Educar para a paz: rompendo os muros do CMEI”. Projeto este que buscou trabalhar a questão dos dois núcleos conceituais, referidos no capítulo 2 (violência e religião) do Documento Normativo “A educação infantil no município de Vitória: Um outro olhar”.

3.3 Educar para a paz: Rompendo os muros do CMEI para superar a cultura da violência

Educar para a paz foi o propósito do projeto interdisciplinar, porque envolveu todas as atividades e também todos os espaços, do CMEI supracitado. Já se percebeu que se trata de uma grande comunidade escolar, que envolve diversidades culturais e religiosas. Aprender a viver juntos é também um grande objetivo para a convivência humana. Como afirmam Marques e Wachs:

A intencionalidade educativa na Educação Infantil deve estar em consonância com a ética universal do cuidado. Assim, as experiências cotidianas envolvendo cuidar-educar não podem ser frutos do imprevisto, mas ricamente planejadas. Planejar é ter clareza do que se almeja alcançar e tomar decisões refletidas, garantindo a coerência no processo educativo.¹⁵⁶

¹⁵⁴ MARQUES; WACHS, 2015, p. 112.

¹⁵⁵ MARQUES; WACHS, 2015, p. 114.

¹⁵⁶ MARQUES; WACHS, 2015, p. 114.

Portanto, a intencionalidade de qualquer projeto necessita estar clara e também na educação infantil. Nesse sentido, dar o primeiro passo para desenvolver esse projeto, considerado pioneiro e audacioso, num dos CMEIS da cidade de Vitória, exigiu muita tenacidade, foco e determinação. No bairro onde está localizado o CMEI se convive diariamente com a violência. A violência já quase considerada normal, como se ela fizesse parte do dia a dia. Portanto, trabalhar o tema da violência e da cultura da paz exigiu um grande esforço pedagógico. Reconhece-se que é com a criança de zero a seis anos, que se inicia o diálogo sobre ser sujeito de direitos, e, conseqüentemente, significa também o cumprimento de deveres. Necessitou-se planejar de forma constante, com o envolvimento de toda equipe pedagógica e de toda comunidade escolar, com um olhar consciente a respeito da complexidade e singularidade dos conceitos de criança, infância, de violência, de religião e educação para a paz.

É importante lembrar de que criança e infância não têm sinônimos. A infância, entre outros aspectos, é entendida como condição social de ser criança e contribui tanto para a melhoria de tal condição como para a constituição desse ser humano de pouca idade, nos diferentes espaços educacionais; exige, além disso, conhecer as representações sociais da criança sobre o mundo e isso é um grande desafio! Afinal, não se trata apenas de ouvi-las e ampliar a voz das crianças, mas, principalmente, o que fazer com tais informações e conteúdos, falares e saberes, tanto em termos acadêmicos como éticos e políticos.¹⁵⁷ Portanto, é necessário considerar a criança em seu contexto, respeitando-a em suas habilidades e nas suas inseguranças. Criança é um ser em formação e com ela deve ser refletida a banalidade da violência. A violência não é algo natural. Rejeitar a outra pessoa devido à cor da sua pele ou à sua religião não é algo natural. Portanto, desnaturalizar as violências e as intolerâncias é fundamental no trabalho com as crianças pequenas.

O projeto educação para a PAZ no CMEI “João Pedro de Aguiar” nasceu também da iniciativa da atual diretora Geralda de Assis, sensível à realidade do bairro e das crianças, em relação à violência, e na sua campanha como aspirante à diretora lançou o desafio da realização. NO CMEI “João Pedro de Aguiar”, já havia eventos para uma cultura da paz, através de ações, atividades na praça, caminhadas, etc... Mas, foi na gestão da atual diretora, com um plano de ação efetivo e engajado, elaborado em reunião com a equipe que ficou acordado a necessidade de um projeto de paz para trabalhar com as crianças, percebendo-as como sujeito participativo

¹⁵⁷ DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. *Prefácio à 3. ed. Edição*. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PRADO, Patrícia Dias; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 3a Edição. Campinas: Autores associados, 2009. p. VII.

e cooperador. O compromisso de todo corpo escolar é também visar a educação de seres humanos mais humanos, comprometidos com um futuro melhor e mais justo para as crianças.

A pergunta que acompanhou o projeto pedagógico foi como promover o mesmo, considerando de fato as crianças e seu contexto. No encontro de elaboração do plano de ação anual, levou-se em conta o que as crianças poderiam fazer para intervirem no mundo em que vivem. A partir daí, lançou-se a pergunta para as crianças e a comunidade escolar, perguntando o que pensavam sobre justiça, liberdade, amor, cuidado ou seja, elas foram empoderadas do poder da fala e do poder de serem ouvidas; do poder de decidir e agir e do poder de ter atitude. Em relação às crianças, considerou-se, também, seus pensamentos e a capacidade de interferência nas relações humanas. Então, houve participação efetiva de toda comunidade, considerando o centro, na sua localização, como espaço e local de relações e aprendizagem. O centro de educação infantil também como um lugar democrático, com muitas pessoas diferentes que necessitam conviver juntas e serem respeitadas.

O Centro de educação Infantil “João Pedro de Aguiar”, como já se viu, está localizado num bairro considerado bastante populoso, Jardim Camburi, um dos maiores da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. É considerado um bairro violento, pois fica numa região portuária, e é um importante polo turístico da cidade, por possuir uma área balneária denominada “Praia de Camburi”. Esse CMEI possui, hoje, 549 crianças matriculadas: sendo 266 pela manhã e 283 à tarde. Todas as crianças possuem entre 06 meses a 05 anos e 11 meses. E, as turmas são nomeadas por grupo, assim: grupo 1 de 10 meses a 06 meses; grupo 2 de 01 ano e 10 meses a 11 meses; grupo 3 de 02 anos e 08 meses a 01 ano e 11 meses; grupo 4 de 03 anos e 10 meses a 02 anos e 11 meses, grupo 5 de 04 anos 10 meses a 03 anos e 11 meses; grupo 6 de 05 anos e 10 meses a 03 anos e 11 meses. Ele possui 81 funcionários atuantes. Tem como diretora/gestora, a professora e pedagoga Geralda de Assis.

A autora deste trabalho entrevistou a diretora e pedagoga Geralda de Assis. Ela afirmou, em sua entrevista, da sua grande motivação em desenvolver um projeto de paz nesse Centro de Educação Infantil. Quando perguntada sobre o que a levou a pensar e a decidir junto com o grupo de funcionários a elaboração de um projeto de educação para paz e quais os passos que o CMEI almejava alcançar numa perspectiva da cultura da paz. A entrevistada respondeu:

o maior desafio é o fato dos pais não perceberem como a mídia, através dos desenhos, músicas e filmes transmitem, nas entrelinhas, a cultura da violência, do sexo e outros valores que comprometem a formação moral e ética de um ser que ainda não tem visão crítica das questões impostas pela sociedade.¹⁵⁸

¹⁵⁸ ENTREVISTA com a Diretora/gestora Geralda de Assis.

Na resposta da diretora, percebe-se a sua percepção de que as famílias não conseguem distinguir o que é certo ou errado para suas crianças. Elas são levadas pela mídia. A formação moral e ética não é considerada, na maioria das vezes, pelas famílias. Portanto, primeira questão foi a percepção da realidade das famílias que, no entender da diretoria, não tinha argumentos para se contrapor à mídia por exemplo. A formação crítica é fundamental e necessita ser também desenvolvida na educação infantil.

Em relação à cultura da violência, a diretora respondeu que:

Diante do contexto social de violência, das mais diversas que alcançam nossas crianças, como escola que quer fazer a diferença propôs ações que levem a comunidade local a refletir sobre valores, através das paredes do muro, e, assim, provocar mudanças reais que possam transformar a realidade.¹⁵⁹

A diretora coloca que ações que envolvam toda a comunidade são fundamentais para enfrentar todos os tipos de violência. A comunidade local também necessita refletir sobre os valores que constituem a vida humana. Buscou-se como uma ação coletiva pintar o muro do Centro de Educação Infantil, com isso, se afirmou que o trabalho coletivo é importante e que a arte faz parte da vida. A paz é colorida e alegre e assim também as crianças merecem viver, com alegria, cuidado e educação.

A diretora também foi perguntada sobre os desafios da educação para paz, um projeto audacioso, num Centro de Educação Infantil. Em relação a essa pergunta ela respondeu:

Como gestora tenho que estar atenta aos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas professoras e, também, ajudar a intensificar os temas, como: a ética, o respeito, o amor ao planeta e a todos que nele habitam, etc. Dar apoio e incentivo necessário para o bom andamento dos projetos.¹⁶⁰

Portanto, a educação para a paz está ligada com a educação para a ética, o respeito, o amor ao planeta e a todos/todas que nele habitam. Educação para a paz passa por processos de humanização e de religação do ser humano com outras pessoas e com a própria criação. Nesse sentido, a dimensão do cuidado ético é fundamental.

A partir, portanto, dos diálogos com todos/as funcionários/as, se desenvolveu um ambiente de aconchego e de chamado, construindo um ambiente estimulador, proporcionando maior compromisso e consideração, com o desejo ardente de conduzir um eixo viável de

¹⁵⁹ ENTREVISTA com a Diretora/gestora Geralda de Assis.

¹⁶⁰ ENTREVISTA com a Diretora/gestora Geralda de Assis.

conduta e a edificação da proposta da educação para a paz. E, a partir das brincadeiras, desenvolvidas nas salas de aula e no parque com as crianças surgiu o incentivo de descobrir maneiras solidárias de interações e de trocas.

Surgiram várias ideias para romper os muros do CMEI com a educação para a paz. Cogitou-se a possibilidade de abraçar o CMEI, procurando enfatizar o verdadeiro sentido da paz: as cores, o desafio, a coragem, o amor de maneira cooperativa e colaborativa. Realizaram-se eventos com o tema da paz. Importante lembrar que o tema da paz envolve todas as pessoas, independentemente, da denominação religiosa, pois as religiões também pregam a paz. Isso foi fundamental para conseguir o maior número de pessoas na realização do projeto.

A princípio, cada sala de aula produziu materiais com as crianças sobre o tema paz. Também se trabalhou contos de fada, literatura infantil, enfatizando elementos importantes que compõem uma vida comunitária que promove a paz. As famílias trouxeram vasilhames, tintas, pincéis e o que puderam doar para a realização do projeto. Depois, das atividades em sala de aula pensou-se, coletivamente, em pintura no muro com o tema da paz. Utilizaram-se palavras, cores e desenhos alusivos às diversas formas de representar a paz em sua essência. Sem paz, não há justiça, com a paz está o amor e a harmonia (vide fotos em anexo).

Dessa forma, efetivou-se o desejo de realizar, concretamente, um abraço reflexivo da paz naquele Centro de Educação Infantil que abriga tantas crianças, funcionários/as, famílias, educadores/as. Refletiu-se também que a paz não é branquinha, mas que ela é feita de gente. A paz é uma construção humana possível de realizar e ela é feita por gente de todos os jeitos, por isso ela é colorida. Dessa forma, pintou-se os muros do CMEI “João Pedro de Aguiar” com a reflexão e a participação de toda a comunidade escolar.

A paz trazida e representada através das paredes do CMEI “João Pedro de Aguiar”, possibilita a realização de uma ação educativa, em um contexto diverso e com uma linguagem inclusiva. A cooperação foi fundamental. Ela constrói a corrente da justiça e da força. A pintura das paredes dos muros também traz ação e a voz representativa de que as crianças podem e devem ser agentes participativas, questionadoras, reflexivas e atuantes na construção da cidadania, sendo transformadoras no local em que habitam. O projeto representa a possibilidade de esperança de uma nova história para todo o bairro. É um desejo que nasce da comunidade escolar, das crianças pequenas, de suas famílias. O projeto pode acontecer porque houve um comprometimento e atuação de toda a comunidade, não esquecendo que também fundamental foi a percepção da realidade contextual das crianças. A pintura do muro do CMEI trouxe vida e alegria para o bairro todo, com objetivo principal de impulsionar novas concepções e novas abordagens para um mundo tão fragilizado, violento e sensível. A construção da paz é possível.

Aquilo que é vivido pelas crianças na Educação Infantil tende a deixar marcas em suas ideias e sentimentos, em suas ações e interações, contribuindo para que assumam ou não compromisso com a mudança social. Os adultos têm papel relevante nas experiências vividas por elas no ambiente escolar.¹⁶¹

O projeto educação para a paz continua. A cada nova ação proposta pela equipe de trabalho, a diretora/gestora apoia com muito entusiasmo. E isso é fundamental para o desenvolvimento do projeto. Como já se referiu anteriormente, o projeto nasceu da campanha da atual diretora quando concorreu para o cargo de diretora/gestora do CMEI. Portanto, a ideia não ficou somente no papel, mas foi feito o diagnóstico do CMEI e várias sensibilizações sobre o tema. Além do mais, o tema foi trabalhado a partir de datas significativas no calendário escolar. O plano de ação pedagógica está agora sob a supervisão das pedagogas do CMEI.

Assim, educando e cuidando, está se realizando o projeto Educar para a paz: rompendo os muros do CMEI para superar a cultura da violência'. O projeto foi desenvolvido, inicialmente, sob a supervisão das pedagogas, juntamente, com os professores na elaboração das atividades que seriam realizadas. As gravuras e as cores das criações foram inspiradas nas obras do pintor Homero Brito.¹⁶² As obras desse autor são muito coloridas e traduzem afeto, aconchego e união. Ele inspira a inclusão, a ternura, a alegria em seus traços e desenhos, nas suas formas e cores. O abraço coletivo no CMEI "João Pedro de Aguiar" iniciou no dia 06 de abril de 2017.¹⁶³ O tema sobre a paz remeteu às diversas formas de dizer o que se pensa sobre a paz, mas também sobre sentimentos, dores, alegrias, esperanças e sonhos.

Cada grupo e cada faixa etária de crianças participou da sua forma. Também, registraram-se as doações de materiais e de mão de obra. A comunidade escolar reagiu de uma forma muito positiva ao projeto desenvolvido pela CMEI de Jardim Camburi. Realizaram-se reuniões, a fim de organizar melhor a distribuição das equipes e as de apoio para as oficinas internas e externas, nos seguintes ambientes (salas de aula, muro e rua). Com uma parceria atuante e presente o tempo todo, representada pela família, comunidade e corpo escolar.

É oportuno registrar, a amplitude deste trabalho, com a pintura de um quadro de mãozinhas em parte do muro, dedicado, exclusivamente, à inclusão, tema de muita relevância nos dias atuais. Além disso, foi escolhido um espaço destinado à música, porque ela permite a

¹⁶¹ MARQUES, 2015, p. 102.

¹⁶² BRITTO, Romero. *Biografia*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/romero-britto/>. Acesso em 20 out. 2017.

¹⁶³ RAMOS, Daniella Sanz. *Alunos de Cmei de Jardim Camburi revitalizam muros retratando a cultura da paz*. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/alunos-de-cmei-de-jardim-camburi-revitalizam-muros-retratando-a-cultura-da-paz-22867>>. Acesso em: 20 set. 2017.

dialogicidade para o direito de ser feliz, de brincar, comprometida com o sonho, o encanto e a inventividade. A música também traz perspectivas de mudanças no comportamento, pois envolve ritmo e movimentos. Para esse momento da pintura no muro, todos foram convidados e compareceram (moradores, familiares, alunos, transeuntes). Além da participação efetiva de todos, eles ainda trouxeram dizeres (palavras e frases) sobre o tema, para enriquecer o evento. A televisão local o transmitiu como uma ação efetiva no combate à cultura da violência. A culminância do projeto foi a realização da pintura em todo muro do CMEI, e, dessa forma, a diretora foi convidada pela Secretaria de Educação do Município de Vitória (SEME) a apresentar o projeto para o grupo de secretários, com o intuito de expandir o ideal de paz, dando a oportunidade de explicar todos os passos executados.

É fundamental enfatizar que somente o sonho da paz por um mundo mais justo e humano é o grande responsável pela inspiração e para a realização deste projeto. O mesmo surgiu em função da necessidade de justiça e esperança da comunidade como um todo, comunidade essa que vive angustiada de muita carência de afeto, de amor, de solidariedade, de união e de alteridade. Com este projeto, o nosso espaço ficou colorido, cheio de ternura, de alegria, e, acima de tudo, mais tolerante e respeitoso.

Dessa forma, as crianças, através do lúdico e de modo cooperativo, experimentaram situações imaginárias e concretas a partir da vivência da ação interdisciplinar com a participação efetiva de suas famílias. Foi um momento solidário e de criatividade. Aconteceu muita ajuda mútua. Nas conversas que aconteceram, houve relato de histórias que possibilitou também uma catarse de sentimentos. De fato, sentiu-se nessa ação coletiva que o importa o é o assumir o compromisso com a cultura da paz, e para isso é fundamental ouvir e lançar um outro olhar para as crianças. As crianças têm sim um grande potencial em intervir a favor da paz. A paz também é um desejo proclamado por todas as denominações religiosas, dessa forma também um tema fundamental de religião com o sagrado estava presente, que é a construção de um mundo de paz, justiça e amor. Portanto, neste projeto estavam e estão envolvidos muitos temas importantes como alteridade, pertencimento, vivências infantis entre diferentes grupos e contextos histórico-sociais, lúdico, culturas infantis e culturas estéticas, relações criança-criança, criança-adulto, criança-professor, comunidade escolar-bairro Camburi. Portanto, é primordial que o educador se comprometa com a cultura da paz, trabalhando com as crianças desde cedo, desde a educação infantil, num processo reflexivo e crítico a respeito da utilização de todo e qualquer tipo de violência, tanto na forma de se relacionar como na resolução de conflitos, seja nas brincadeiras espontâneas, seja no dia a dia.

O muro do CMEI recebeu cores e vida, porque a paz é colorida e é construída por gente de todas as idades e etnias. Portanto, o respeito à diversidade seja cultural ou religiosa é fundamental na construção da paz. Necessita-se trabalhar com muito afinco e sempre de novo o significado profundo da palavra paz (Schalom, Axé, Peace...) presente em todas as culturas e religiões na esperança amorosa de que um outro mundo é possível. E as crianças são sujeitas cidadãs, dessa nova história, que inicia já aqui e agora.



CONCLUSÃO

As reflexões sobre a educação para a paz, como uma possibilidade de trabalhar nos Centros Municipais de Educação Infantil, a partir de uma pedagogia de projetos, foram refletidas a partir de um olhar atento, de uma escuta sensível e do diálogo realizado a partir do desafio lançado pela diretora/gestora no CMEI “João Pedro de Aguiar”, em Jardim Camburi, Vitória - ES. A partir do diagnóstico da realidade foi desenvolvido o projeto “Educar para a paz: rompendo os muros do CMEI para superar a cultura da violência”, culminando com o envolvimento de toda a comunidade escolar no abraço no CMEI, através da pintura do muro, com cores vivas e alegres.

É importante destacar que o Documento Orientador da Secretaria de Educação da cidade de Vitória, capital do ES., foi fundamental para perceber os núcleos conceituais que necessitam ser trabalhados nos CMEIs. Este trabalho procurou refletir sobre a violência e a religião. Os CMEIs não trabalham o Ensino Religioso nas salas de aula. No entanto, as crianças e suas famílias participam de comunidades religiosas e, muitas vezes, trazem a forma de sua denominação religiosa entender o mundo para dentro do CMEIs, gerando intolerância. As crianças que mais sofrem são, geralmente, as negras. O preconceito das crianças se mostra na forma de falar do cabelo, por exemplo, cabelo bom é o cabelo liso e o cabelo crespo é cabelo ruim. Dessa forma, vão se criando preconceitos que se mostram em outros momentos da vida escolar, seja na hora da brincadeira no parque ou na hora de repartir os brinquedos.

O trabalho afirma as crianças como cidadãs, portadoras de direitos e também que necessitam aprender responsabilidades, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. No entanto, é necessário deixar claro que os termos criança e infância são diferentes. Infância busca descrever uma realidade social, histórica e cultural, enquanto que ser criança é uma fase de desenvolvimento humano.

Buscou-se, portanto, refletir sobre o trabalho na educação infantil, que se desenvolve entre o cuidar e educar, pois as crianças de zero a seis anos, necessitam muito da ajuda e do cuidado de uma pessoa adulta. O cuidar e o educar acontecem de forma paralela e se dão em todos os espaços pedagógicos. Refletiu-se sobre a história da educação brasileira e o avanço que se está vivendo e praticando, no momento, na educação infantil. Passou-se de uma perspectiva assistencialista, no cuidado com crianças pequenas, para uma dimensão educacional. Fala-se em educação infantil e as crianças são entendidas como construtoras da história. A educação infantil, na cidade de Vitória, recebeu um novo impulso com a publicação do documento orientador para o trabalho com crianças pequenas. Esse documento é fruto da

mobilização de muitos(as) professores(as), pedagogas, funcionárias, editado em 2006, e serve de guia para o trabalho pedagógico e didático nos CMEIS.

A educação infantil acontece na interface do educar-cuidar. No entanto, o brincar é fundamental para a construção da cidadania na infância. É no brincar que as crianças aprendem a dividir, a cooperar, a inventar, a construir, etc. É nesse processo pedagógico do cuidar-educar que se aprende a respeitar a diversidade cultural e religiosa e a buscar formas de superar a violência tão presente no cotidiano da vida. Para que se possa desenvolver um trabalho pedagógico dialogal, de acordo com Freire, é necessário que também professores, funcionários trabalhem temas que envolvam a vida das crianças e a sua realidade contextual. Nesse sentido, o documento norteador serviu de base de reflexão para este trabalho de conclusão de mestrado profissional. Refletiu-se, especialmente, sobre violência e religião. A violência está muito presente na vida cotidiana e quase se tornou algo natural na vida das pessoas. A religião é utilizada, muitas vezes, para questionar atividades desenvolvidas pelas professoras com as crianças. Na verdade, há uma confusão, as famílias questionam atividades, mas a partir do que pregam e ensinam a sua denominação religiosa. É fundamental afirmar o conceito de laicidade da escola e do estado brasileiro. Portanto, entre o cuidar, o educar e o brincar se aprende a ser uma pessoa cidadã e a superar a intolerância e a violência, objetivando a construção de uma cultura de paz.

O terceiro capítulo refletiu sobre a ação interdisciplinar desenvolvida no centro de educação infantil João Pedro de Aguiar. Além de várias atividades que incluíram a temática da paz. Uma atividade que reuniu toda a comunidade escolar desse CMEI foi a pintura do muro com cores vivas e coloridas, inspiradas no pintor brasileiro Homero Brito. A comunidade escolar participou de várias atividades reflexivas em torno da educação para a paz. A atividade interdisciplinar procurou demonstrar que a paz é colorida, não é uniformizada de branco, ela é colorida e feita por pessoas diferentes, com histórias diferentes. Portanto, educar para a paz se realiza no respeito à diferença e à pluralidade. As crianças participaram ativamente do projeto, demonstrando dessa forma a sua cidadania. Educar para a paz significa também olhar para fora dos muros da comunidade escolar e por isso o projeto apresenta também uma metáfora. Romper os muros é também sair de si mesmo e ir ao encontro da outra pessoa. Se o desejo é de um mundo melhor, já hoje, aqui e agora, necessita-se buscar formas de construir novas relações humanas que também se preocupem com o meio ambiente. É necessário educar para a paz. A paz é possível e ela é colorida, plural. Ela se faz no respeito às diferenças e na abertura à diversidade cultural e religiosa. Aprende-se um do outro. Conclui-se com a poesia da escritora Maria Dinorah que afirma que as crianças são cidadãs e elas têm a possibilidade de interferir e

de transformar o mundo. A educação para a paz é possível, porque ela transforma realidades e pessoas.

Os meninos que brincam,
Talvez não saibam não, não
Que há meninos na luta
Por um pouco de pão.
Os meninos que estudam,
O fazem sem notar
Que há meninos sonhando
Com poder estudar.
Há meninos com tudo
A viver muito bem,
Que talvez não entendam
Porque tantos não têm.
E há meninos vivendo
O momento da paz,
Sem querer percebem
Do que a guerra é capaz.
Mas, quando eles souberem,
Tudo isso vai passar,
Pois está nas crianças
O poder de mudar.¹⁶⁴



¹⁶⁴ DINORAH, Maria. *Panela no fogo, barriga vazia*. São Paulo: L&PM, 1986, p. 40.

REFERÊNCIAS

ALCUDIA, Rosa et. al. *Atenção à diversidade*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://faculdadeparque.com.br/ebooks/Educacao_infantil_discurso_legislacao_praticas_institucionais_ANDRADE.pdf>. Acesso em: 20 jan 2017.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Os centros de convivência infantil da UNESP: Contextos e Desafios*. UNESP: Franca, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98553/andrade_lbp_me_fran.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2017.

AQUINO, Lígia Maria Leão de; VASCONCELOS, Vera Lúcia Ramos de. Orientação Curricular para Educação Infantil: Referencial Curricular Nacional (RCNEI) & Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI). In: VASCONCELOS, Vera Lúcia Maria de. (Org.). *Educação da Infância: história e política*. 2. ed. Niterói: UFF, 2011.

ARCE, Alessandra Lima. Uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. *Revista Brasileira de Educação*. n. 20, Maio/Jun/Jul/Ago 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a09.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BASTOS, Márcio Thomaz et al. *Introdução. Imaginar a paz*. Brasília: Paulinas. 2006.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. *Lei Nº 9.475*, de 22 de Julho de 1997. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9475.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica*. – Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009.

BRITTO, Romero. Biografia. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/romero-britto/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CANDAU, Vera Maria. *Por uma Cultura da Paz*. s.d. Disponível em: <<http://files.ufcculturadepaz.webnode.com.br/20000017052360532ed/CANDAU%20VERA%20Por%20Uma%20Cultura%20de%20Paz.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2017.

CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. *A guerra dos meninos*. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/roberto-carlos/a-guerra-dos-meninos.html>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

DINORAH, Maria. *Panela no fogo, barriga vazia*. São Paulo: L&PM. 1986.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PRADO, Patrícia Dias. (Org.); DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. 3 ed. Campinas: Autores associados, 2009.

FREIRE, Ana Maria Araújo (NITA). Educação para a paz segundo Paulo Freire. *Educação*, ano XXIX, n. 2 (59), p. 387-393, Maio/Ago. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/449>>. Acesso em 30 out. 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOÃO PEDRO DE AGUIAR (CMEI). Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/escola/167865-cmei-joao-pedro-de-aguiar/sobre>>. Acesso em: 01 out 2017.

KLEIN, Remí; BRANDENBURG, Laude Erandi; WACHS, Manfredo Carlos. *Ensino Religioso: diversidade e identidade*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

KRAMER, Sônia. *O papel social da pré-escola*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986. (Cadernos de Pesquisa).

KUHLMANN Jr, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 14, p.5-14, maio, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27501402.pdf>>. Acesso em: 20 mar 2017.

LOPES, Raquel. Professora que fez boneca afro retirada de escola por pastor diz que projeto continua. *A Gazeta*: Vitória, 12 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/professora-que-fez-boneca-afro-retirada-de-escola-por-pastor-diz-que-projeto-continua.ghtml>>. Acesso em: 20 ago 2017.

MARAFON, Danielle. *Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância*. s/d. p. 1-22. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../ZjxYEbbk.doc>. Acesso em 10 fev. 2017.

MARQUES, Circe Mara; WACHS, Manfredo Carlos. *Paz e Educação*. Escutando a voz das crianças. São Paulo: Paulinas, 2015.

MARQUES, Circe Mara. Educação para a paz e educação infantil: Um olhar e uma escuta sensível no ambiente educativo. In: BRANDENBURG, Laude Erondi; FUCHS, Henri; KIEIN, Remi; WACHS, Manfredo Carlos (Org.). *Simpósio de Ensino Religioso na Escola: Bases, experiências e desafios*. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 77.

MENEZES, Marilu Nörnberg. *Nem tão doce lar: uma vida sem violência*. São Leopoldo; Porto Alegre; Genebra: Sinodal/FLD/IECLB/LWF, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. *Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação Congênere*. 11. ed. Vitória, 2011.

NUNES, Maria Fernanda Rezende, CORSINO, Patrícia, DIDONET, Vital. *Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214418por.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.) *Encontros e encantamentos na educação infantil*. 2ª ed. Campinas: Papirus. 2008.

PAULIKI, Jeroslau Pauliki; VARGAS, Carlos Luciano Sant'Ana. *Educação para a paz como caminho da infância: projetos de sucesso 2014*. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Instituto Mundo Melhor; Núcleo de Educação para a paz; UEPG, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Educação Infantil no município de Vitória: Um outro olhar*. Vitória: Secretaria de Educação. Gerência de Educação. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Educação Infantil*. Disponível em: <[ww.vitoria.es.gov.br/cidadao/educacaoinfantil](http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/educacaoinfantil)>. Acesso em: 20 jun. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998*. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 jun 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 jun 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1988. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 jun 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jul 2017.

PRIORE, Mary del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMOS, Daniella Sanz. *Alunos de Cmei de Jardim Camburi revitalizam muros retratando a cultura da paz*. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/alunos-de-cmei-de-jardim-camburi-revitalizam-muros-retratando-a-cultura-da-paz-22867>. Acesso em 20 set. 2017.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. *Pluralismo e libertação*. São Paulo: Paulinas, 2014.

RONCHI FILHO, Jair, CASTRO, Janine Mattar Pereira de. *Educação Infantil: identidade em construção*. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. Campo Grande: UFMS, 2002.

SACRAMENTO, Livia de Tartari; REZENDE, Manuel Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia* n. 24, dez. 2006. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009>. Acesso em 20 jun. 2017.

SILVA, Eliane Moura. Diversidade e Valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Revista de Estudos da Religião*, n ° 2, p. 1-14, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf>. Acesso em: 20 jun 2017.

TONUCCI, Francisco. *Quando as crianças dizem: “Agora chega”!* Porto Alegre: Artmed, 2005.

TORRES, Luiz Henrique. A casa da roda dos expostos na cidade do Rio Grande. *Biblos*, Rio Grande, n. 20, p.103-116, 2006. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/download/724/218>>. Acesso em 20 fev. 2017.

TREVISAN Fred Carlos, MORETTO, Geovani. *Ética, Cidadania e Direitos das Crianças e dos Adolescentes*. Curitiba: Fael, 2010.

ULRICH, Claudete Beise. *Práxis ética do cuidado e gênero: questões para o currículo*. 2004, p. 4. Disponível em: <https://www.academia.edu/23108356/PR%C3%81XIS_%C3%89TICA_DO_CUIDADO_E_G%C3%8ANERO_QUEST%C3%95ES_PARA_O_CURR%C3%8DCULO>. Acesso em: 20 jun. 2017.

VIEIRA, Kauê. *Bonecas Abayomi: símbolo de resistência, tradição e poder feminino*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTA COM FRANCISCO, PAI E CONSELHEIRO DO CMEI JOÃO PEDRO DE AGUIAR



Foto: Pintura dos muros do CMEI João Pedro de Aguiar
Fonte: Própria autora

Como foi pintar?

Ver os professores, pais e alunos dedicados a esse trabalho foi motivador. Havia um só pensamento, um só empenho, todos estavam prontos a servir. Isso parece até a descrição de um mundo ideal, mas foi assim nossa coletiva de pintar o muro do CMEI. Credito isso a todo trabalho prévio de articulação, convencimento, viabilização, disponibilização de materiais, o trabalho voluntário espetacular de membros da comunidade que tem uma relação direta com a escola, e a visão da direção da escola que anteviu e viabilizou o resultado que aí está.

Houve mudança em casa depois dessa experiência? Atitudes fomentadas pelo projeto.

Eu trabalho em casa. Meu convívio com meus filhos é maior que o com a maioria dos pais. Vi no meu pequeno, estudante do CMEI, uma alegria muito grande, e ele se surpreendia em ver a mim com tantas tintas e tanta gente naquele trabalho.

O trabalho coletivo gera um sentimento de propriedade do bem público. Eu cuido, é meu. Afasta o vandalismo, aproxima famílias, surpreende a comunidade. Durante a pintura, um

vizinho do prédio ao lado ofereceu ajuda. As pessoas se comoveram e ainda se comovem com o resultado. E mais do que comoção, gera movimentação.

Paz é um termo muito estéril. Paz de não guerra, não bala perdida, não violência é uma. Paz interior, paz de relações pessoais é outra. De que paz tratamos? Mesmo que complexa é preciso, em minha opinião, traçar esses conceitos para entender como começar e aonde se quer chegar. Depois disso sim: simplificar para a apreensão dos pequenos. Bem.... Apresentar às crianças o tema é louvável e necessário, parado é que não dá para ficar. Mas, temo que o esforço fique no estéril, a exemplo da cultura da reciclagem que se arrasta, ensinando às crianças a produzir brinquedos de lixo e que viram lixo novamente. E pela paz, faremos uma passeata? Pintaremos pombas brancas? Entendo que os estereótipos facilitam a comunicação. Mas, se o educador, a escola, os promotores de políticas públicas, não abraçarem causas como essa, ficaremos apenas na comunicação de simbolismo. Pode parecer pessimista, mas, acredito sim em ações com tema da paz para os meninos. Tem de começar.... Quem sabe surge alguém que abrace a causa de modo tal que faça as pombas brancas pintadas de algodão saírem do papel!?

ANEXO 2

PROJETO ENVIADO AO GABINETE DE GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.

Prefeitura Municipal de Vitória
Secretaria Municipal de Educação (SEME)

Educar para a paz: rompendo os muros do CMEI para superar a cultura da violência

Projeto apresentado à Prefeitura Municipal de Vitória, como parte do projeto de pesquisa do Curso de Mestrado em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.

Vitória – ES
2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
Biografia do CMEI João Pedro de Aguiar.....	3
OBJETIVO	4
METODOLOGIA.....	6
REFERÊNCIAS	7

INTRODUÇÃO

Muitas crianças quando chegam à educação infantil, já chegam violentas. Esse é um trabalho complexo que demanda projetos pedagógicos interdisciplinares, e vem se mostrando como grande desafio aos profissionais que trabalham na educação infantil. As raízes da violência precisam ser estudadas e encaradas como um todo.

Acredita-se que o melhor caminho para a prevenção contra a violência seja uma educação que enfatize o respeito à diferença, já na fase pré-escolar ou educação infantil, sendo essa uma fase importante no desenvolvimento humano e na formação da personalidade. Quando se pensa em uma educação mais eficaz e comprometida, refere-se a uma educação que valoriza e respeita a criança, apoia a mesma em suas dificuldades, dá liberdade para que possa pensar, refletir, perdendo dessa forma o caráter punitivo. Isso significa mudar a palavra punição para educação. Nesse processo, é necessário que todos os professores, professoras e todos os profissionais sejam envolvidos.

A criança precisa aprender os valores, as regras sociais, como algo positivo para ela, que vão lhe servir de instrumento para uma convivência social saudável e, não simplesmente, como uma recompensa de seu bom ou mau comportamento. Faz-se necessário trazer à tona ideias que elucidem e encarem a violência como um problema sério e complexo. É na educação infantil que a criança aprende que ela é um ser de relação e está interligada com três dimensões: consigo mesma, com o outro e com o mundo, num fluxo corrente contínuo. A criança necessita aprender a lidar com os limites. Nesse sentido, ela necessita ser cuidada e educada, sendo esses os vieses fundamentais do trabalho pedagógico na educação infantil. No cuidar e no educar, os centros de educação infantil, através dos seus profissionais, necessitam trabalhar o tema da violência, que se mostra na agressividade como as crianças contam as histórias de sua vida cotidiana, lidam com as outras crianças, como executam as tarefas propostas, cuidam ou não dos brinquedos.

A autora deste projeto de mestrado é professora há mais de 30 anos, especificamente, na educação infantil. Nesse tempo, ela percebeu muitas mudanças no comportamento das crianças. As crianças estão chegando cada vez mais agressivas e violentas à Educação Infantil. Dessa forma, surgiu a necessidade de pensarmos em projetos pedagógicos que trabalhassem a questão da violência, envolvendo toda a comunidade escolar, buscando construir uma cultura da paz. Os temas da violência e da religião se encontram entre os núcleos conceituais da Proposta Curricular da Educação Infantil do município de Vitória, mostrando a necessidade e a urgência de trabalhar essas temáticas junto com a alfabetização, sexualidade, avaliação,

brincar, artes, educação física e o projeto político-pedagógico. Portanto, a própria a proposta curricular da educação infantil já prevê a necessidade de trabalhar o tema da violência e da intolerância religiosa, mesmo que não se trabalhe o ensino religioso na educação infantil.

Nele se reflete sobre como se dá o projeto pedagógico na educação infantil através dos três pontos fundamentais entrelaçados do educar, do cuidar e do brincar, tendo como objetivo a construção da cidadania na infância.

As pesquisas da pesquisadora e professora Circe Mara Marques serviram de inspiração para a realização deste trabalho. Ela desenvolveu vários trabalhos sobre a educação para a paz na educação infantil. A partir do trabalho dessa autora, a hipótese da pergunta deste trabalho aponta para a necessidade de trabalhar as temáticas que envolvam religião e violência na educação infantil de forma coletiva com as crianças, com a família e com todos os profissionais que trabalham nos Centros de Educação Infantil.

OBJETIVOS

A presente pesquisa objetiva tratar o assunto com todos aqueles envolvidos e comprometidos na busca de um olhar sensível sobre a problemática da violência e da intolerância religiosa na educação das crianças.

Proposita a educação para a paz como possibilidade da construção de novas relações na vida das crianças. O projeto pedagógico esse que necessita ser coletivo e assumido por toda a equipe do Centro de Educação Infantil. Educar para a paz se tornou um grande desafio, pois tem no diálogo, enfatizado por Paulo Freire, o seu grande propulsor. O diálogo para a resoluções de conflitos em sala de aula. Trabalhar de forma artística com as crianças faz parte do processo pedagógico por tratar das questões que envolvam intolerâncias e violências. Outro elemento didático é a contação de histórias. A literatura infantil é um elemento fundamental no trabalho com as crianças pequenas. Portanto, a educação para a paz é um caminho para enfrentar a intolerância e a violência, tendo ela também a sua história;

Analisar a ação pedagógica, com a temática construir a paz, desenvolverá com as crianças, suas famílias e profissionais do CMEI “João Pedro de Aguiar” no ano de 2017, culminando com a pintura do muro, refletirá sobre o papel da educação infantil para o desenvolvimento de uma cultura da paz, sendo, sem dúvida, necessário ouvir as vozes das crianças como sujeitos que estão construindo a sua cidadania.

Deverá trazer à tona ideias que elucidem e encarem a violência como um problema sério e muito complexo. Ele implicará na sociedade circundante e como um todo deverá contribuir, construir conceitos sobre justiça, solidariedade e igualdade;

Desenvolver diálogos sobre violência e sociedade; mostrando o homem como um ser de relação com as três relações: o comigo, com o outro e com o mundo;

Partilhar com outros profissionais afins a conclusão, elaborando alternativas que visam à superação de dificuldades;

Trabalhar a realidade multifacetária da palavra violência, apontando caminhos que a inibam;

Trabalhar a realidade multifacetária da palavra violência que permita o questionar e o legitimar o sujeito (a criança) como produto de sua própria história. A pergunta problema desta dissertação de mestrado é: Como desenvolver ações pedagógicas na educação infantil que tratem do tema da violência, que se mostra também na intolerância?

METODOLOGIA

Contação de histórias, oficinas, diálogo, pintura no muro da escola, apresentações teatrais (de vara, dedoches e fantoches).

ANEXO 3

DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA À PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PARA AUTORIZAÇÃO DO PROJETO

Faculdade Unida de Vitória
 Recredenciamento Portaria MEC nº 918 de 17/08/2016
 DOU de 18/08/2016



Vitória, 04 de outubro de 2017.

À Secretaria de Educação do Município de Vitória
 Exma Adriana Sperandio

Venho, por meio desta, solicitar autorização para que **Martinelia de Almeida Grasselli**, portadora do CPF 850.685.517-91, aluna do Programa do Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, matrícula nº 3019659, possa ter acesso ao CMEI Joao Pedro de Aguiar para relatar, entrevistar e falar de suas práticas e experiências pedagógicas, a fim de realizar parte de sua pesquisa de mestrado intitulada: "Educação infantil: respeitar a diversidade religiosa, superar violências, educar para a paz. Uma reflexão sobre atividades interdisciplinares desenvolvidas no Centro de Educação Infantil João Pedro de Aguiar – Vitória – ES".

A IES Faculdade Unida de Vitória está Credenciada pela Portaria MEC no. 3.914 de 14/11/2005, publicada no D.O.U. de 16/11/2005. O Curso cumpre todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 1, de 08 de junho de 2007 e é válido em todo território nacional.

O curso de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões é recomendado pela CAPES e reconhecido pelo MEC, conforme o Parecer CNE/CES no. 168/2011, de junho de 2011, publicado no D.O.U. de 30/09/2011.

No aguardo da aprovação, agradeço antecipadamente a atenção dispensada.

Claudete Beise Ulrich – Professora orientadora

ANEXO 4

AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Secretaria de Educação

AUTORIZAÇÃO

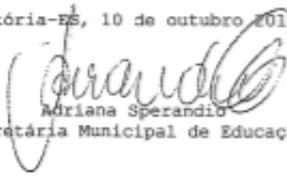
Autorizo a estudante **Martinélia de Almeida Grasselli**, regularmente matriculada no curso de Mestrado do Programa do Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória, realizar a pesquisa, "Educação infantil: respeitar a diversidade religiosa, superar violências, educar para a paz - uma reflexão sobre atividades interdisciplinares desenvolvidas em um Centro de Educação Infantil de Vitória" com o objetivo de desenvolver ações pedagógicas na educação infantil que tratem do tema da violência, que se mostra também na intolerância religiosa, apontando para uma educação que tenha como objetivo a construção da paz.

Informamos à pesquisadora que ela deverá dialogar com a gestora da escola pesquisada, da qual receberá orientações e encaminhamentos devidos para desenvolver a pesquisa.

Caba, ainda, à solicitante apresentar os resultados do estudo aos (às) profissionais desta Rede Municipal de Ensino, sob a forma de formação planejada junto à GFDE.

As informações coletadas deverão ser utilizadas exclusivamente para a realização do projeto acima enfocado, sob o acompanhamento da Gerência de Formação e Desenvolvimento da Educação-GFDE.

Vitória-ES, 10 de outubro 2017


Adriana Sperandio
Secretária Municipal de Educação

ANEXO 5

PINTURA DOS MUROS DO CMEI DURANTE A REALIZAÇÃO DA PESQUISA, COM FOTOS TIRADAS NO DIA 6 DE MAIO DE 2017

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 07/12/2017.



Faculdade Unida de Vitória
Fonte: Própria autora



Fonte: Própria autora



Fonte: Própria autora



Fonte: Própria autora



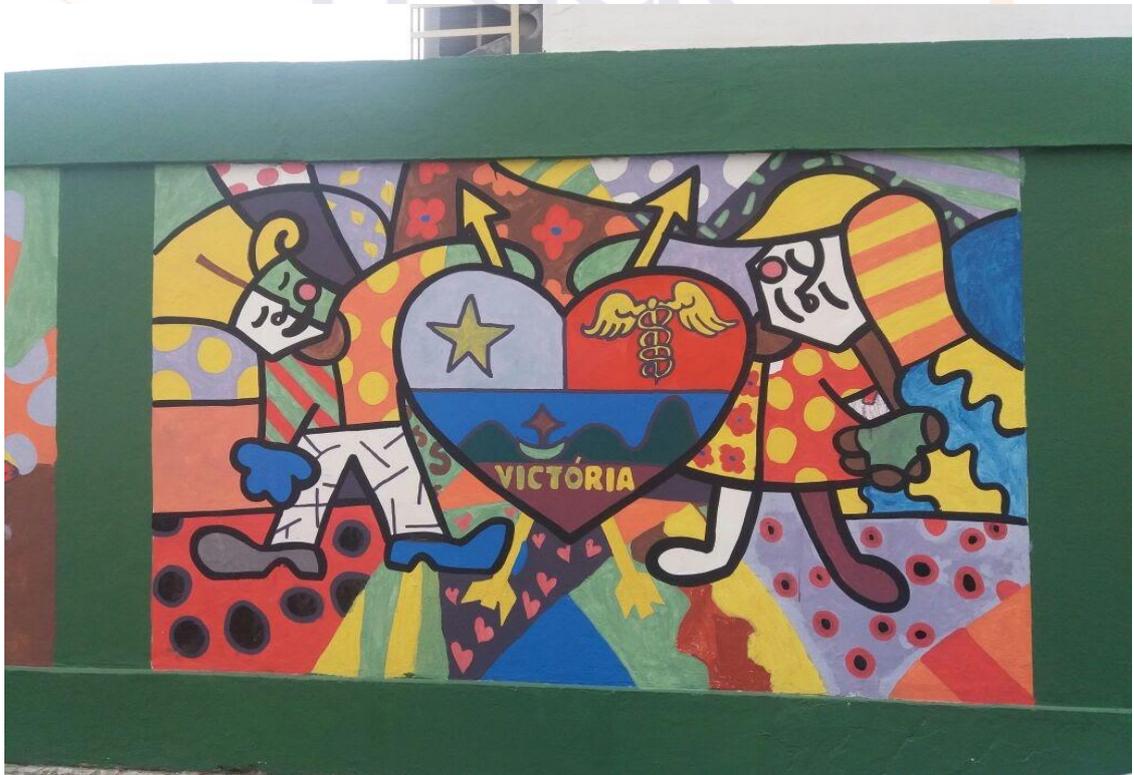
Fonte: Própria autora



Fonte: Própria autora



Fonte: Própria autora



Fonte: Própria Autora



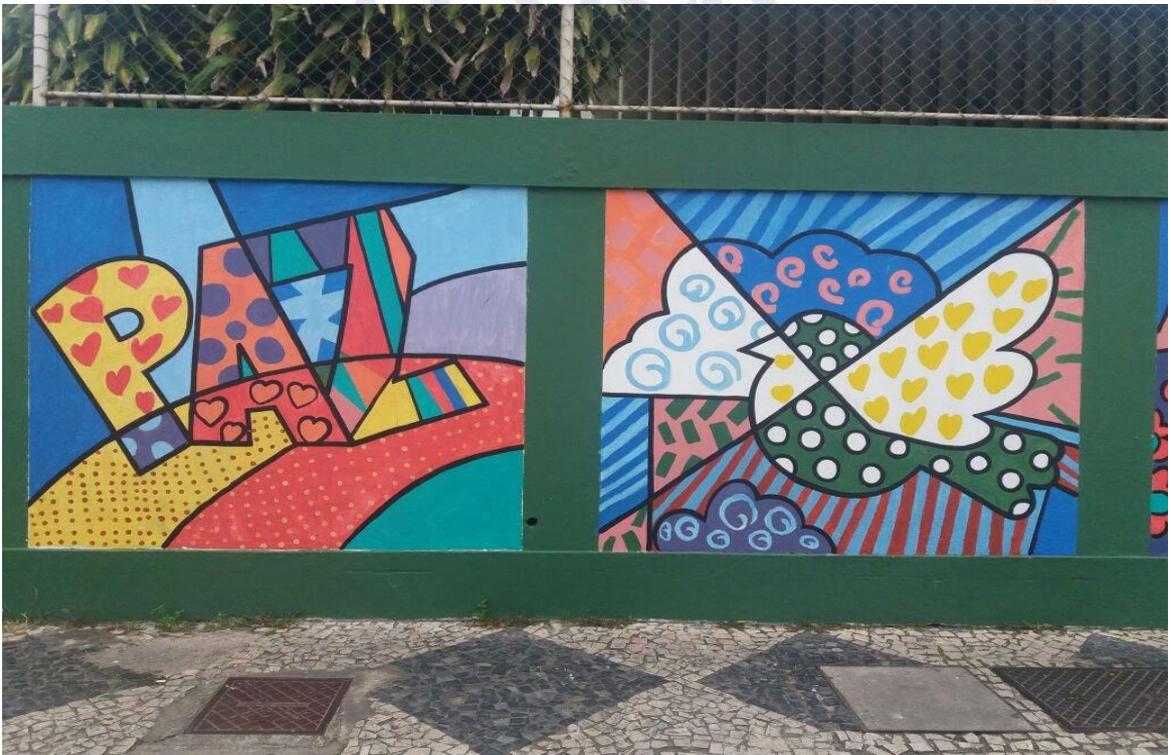
Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



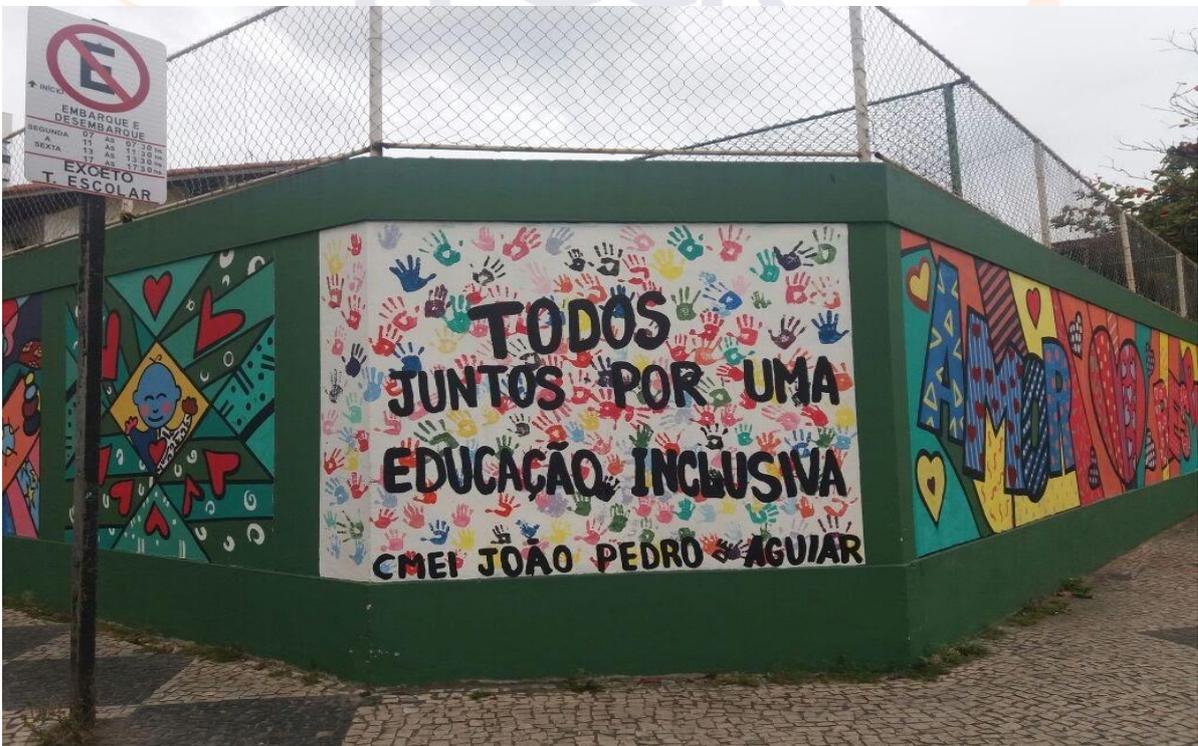
Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória - 07/12/2017.



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora



Fonte: Própria Autora